

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)
Programa De Pós-Graduação Em Sociologia (Mestrado)

***DESVENDANDO O CAMPO DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL:
revisão de artigos selecionados***

Fábio Bacchiegga

Orientadora: Leila da Costa Ferreira

Professora titular do Departamento de
Sociologia da Universidade Estadual de Campinas

Campinas

2011

2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

B12d	<p>Bacchiegga, Fábio Desvendando o campo da sociologia ambiental: revisão de artigos selecionados / Fábio Bacchiegga. -- Campinas, SP : [s. n.], 2011.</p> <p>Orientador: Leila da Costa Ferreira. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Sociologia ambiental. 2. Análise de conteúdo (Comunicação). 3. Meio ambiente. 4. Sociologia. I. Ferreira, Leila da Costa. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------------	--

Título em inglês: Unveilling the field of environmental sociology: review of selected articles

Palavras chaves em inglês (keywords) :

**Environmental sociology
Content analysis (Communication)
Environment
Sociology**

Área de Concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora:

**Leila da Costa Ferreira, Gilda Figueiredo Portugal
Gouveia, Sérgio Barreira de Faria Tavoraro**

Data da defesa: 23-03-2011

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Fabio Bacchiegga

“DESVENDANDO O CAMPO DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL: REVISÃO DE ARTIGOS SELECIONADOS”

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação da Profa.
Dra. Leila da Costa Ferreira

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
23/03/2011

BANCA

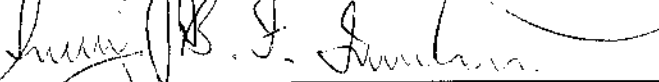
Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira (Orientadora)

Profa. Dra. Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa (membro interno)

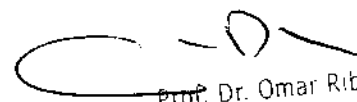
Prof. Dr. Sérgio Barreira de Faria (membro externo)

Profa. Dra. Sônia Regina de Cal Seixas (suplente)

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade (suplente)



Prof. Dr. Sérgio Barreira de Faria TAVOLARO



Março / 2011

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz
Matr. 28292-3
Coordenador da Comissão de Pós-Graduação
TECH/UNICAMP

À minha mãe, Maria

À minha avó, Luzia

Agradecimentos

Agradeço, inicialmente, a professora Leila da Costa Ferreira, minha orientadora, por todos os ensinamentos, conselhos, compreensão e paciência. Uma pesquisadora que já admirava nos meus tempos de graduação e que, com essa agradável convivência durante o Mestrado aprendi a respeitar muito mais e ver como um verdadeiro exemplo.

À professora Ana Maria Falcão de Aragão Sadalla (inesquecível), minha orientadora de IC, que, com seu “olhar”, me estimulou “saberes e crenças” que carrego sempre comigo e me ensinou o prazer da pesquisa e de fazer ciência.

À professora Sônia Regina de Cal Seixas, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação.

À professora Gilda Figueiredo Portugal Gouveia, por toda valiosa ajuda bibliográfica e sugestões na banca de qualificação e durante a matéria Seminário de Tese.

Aos meus queridos amigos do Mestrado, em especial, Victor, Ju e Marcílio, por todas as conversas nas saudosas terças-feiras.

Aos amigos Paulo, Bruno, Camila, Joji, Virgílio, Léo, Ricardo (Pre), Cadu e Alessandra, os “irmãos” que eu, como filho único, tive o direito e a sorte de escolher, que estiveram por perto nessa jornada e que para sempre quero ter ao meu lado.

Por fim, agradeço pela criação, pelos incentivos e por sempre aceitar minhas escolhas, minha mãe, Maria e minha avó, Luzia. As duas mulheres da minha vida, que tornaram tudo isso possível. Muito, muito obrigado!

Sumário

Resumo.....	9
Introdução.....	11
1. Gênese da Temática Ambiental.....	15
2. As correntes teóricas da Sociologia Ambiental.....	27
2.1. Enfoque materialista-durkheimiano.....	27
2.2 Enfoque materialista-marxista.....	31
2.3 Enfoque pós materialista.....	32
2.4 Enfoque construtivista.....	34
2.5. Enfoque da “sociedade de risco”.....	37
2.6. Enfoque da “modernização ecológica”.....	40
3. Metodologia para a Análise Qualitativa.....	43
3.1. Seleção dos Artigos.....	43
3.2. Análise de Conteúdo.....	47
4. Apresentação da Análise Qualitativa dos Artigos.....	53
4.1. Materialismo Durkeimiano.....	57
4.2. Materialismo Marxista.....	64
4.3. Pós materialista.....	72
4.4. Construtivista.....	72
4.5. Sociedade de Risco.....	74
4.6. Modernização Ecológica.....	77

4.7. Híbridos.....	78
5. Análise Qualitativa.....	79
6. Considerações finais.....	91
7. Referências Bibliográficas.....	95
8. Bibliografia dos artigos analisados.....	101
9. Anexo 1.....	107
10. Anexo 2.....	113

Índice de Quadros, Gráficos e Tabelas

1. Tabela 1: Quantidade de Artigos para o Banco de Dados.....	44
2. Gráfico 1: Revista Ambiente e Sociedade.....	46
3. Quadro 1: Esquema Análise de Conteúdo.....	49
4. Tabela 2: Artigos Analisados.....	55
5. Tabela 3: Relação Artigos e Correntes Teóricas.....	78

Resumo

A temática ambiental tornou-se objeto de ampla reflexão nas últimas décadas, pautando debates, delimitando e consolidando uma sólida presença, em especial nos debates acadêmicos. Surge nos anos 1960, dentro de um contexto histórico muito específico – de contra cultura e críticas ao modelo de desenvolvimento predatório vigente – e chega ao Brasil nos anos 1970, assumindo uma face singular, agora como uma crítica ao fim do “Milagre Econômico” e aos impactos ambientais resultantes dessa opção de crescimento. Conhecer seu processo de institucionalização é importante para compreender como a Sociologia Ambiental deixa o status de subcampo de áreas da Sociologia, como a rural, e conquista um campo específico. Este projeto, que é parte integrante do trabalho “A Questão Ambiental, Interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção Intelectual na América Latina” (NEPAM/UNICAMP) desenvolvido desde 2006, visa analisar os artigos a respeito da temática “Ambiente e Sociedade” publicado nas principais revistas relacionadas a área de Humanidades do Brasil de 1980 até 2007, a partir do método de Análise de Conteúdo, e assim colaborar para a compreensão do processo de (re)fazer da Sociologia Ambiental como área específica do pensamento sociológico.

Abstract

The environmental issue has become the object of broad discussion in recent decades it was the subject of debate, delimiting and building a solid presence, especially in academic. Emerged during the 1960s, within a very specific historical context – counterculture and criticisms of the current predatory model of development – and arrives in Brazil about 1970, assuming a singular face, now as a criticism of the end of the "Economic Miracle" and the environmental impacts resulting from this development option. Knowing the process of institutionalization is important to understand how environmental sociology leaves the status subfield areas of sociology, such as rural, and achieves a specific field. This project, which is part of the work, "The Environmental Issue, Interdisciplinary, Social Theory and Intellectual Production in Latin America" (NEPAM/UNICAMP) developed since 2006, aims at analyzing the articles on the theme "Environment and Society" published in major journals related to the Humanities area of Brazil 1980 to 2007, from the method "Content Analysis", and thus contribute to understanding the process of (re) making of Environmental Sociology as a specific area of sociological thought.

Introdução

Esta dissertação pretende fomentar e colaborar com a discussão sobre o processo de institucionalização da Sociologia Ambiental como uma área específica dentro dos debates da Sociologia contemporânea.

Além disso, através de um breve retrospecto histórico, contextualizar, num primeiro momento, a temática ambiental como um objeto sociológico e, em seguida, os principais debates relativos ao tema em sua gênese. Apesar de ser um tema cada vez mais recorrente nos dias atuais, pode-se perceber que seu espaço nem sempre foi amplo.

Ao longo desse processo de institucionalização, conceitos surgiram e outros foram revistos, publicaram-se trabalhos, grupos de pesquisa foram criados e este campo adquiriu um espaço, delimitado gradativamente.

Mas como avaliar o crescimento deste campo de pesquisa sociológico?

Este projeto é parte de uma proposta mais ampla. Desde 2006, um grupo do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM), coordenado pela Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira e financiado pela FAPESP (Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), vem desenvolvendo um trabalho intitulado “A Questão Ambiental, Teoria Social e Produção Intelectual na América Latina” (Processo 05/52317-1) com o intuito de analisar o processo de institucionalização da temática ambiental em suas diferentes vertentes teóricas e disciplinares na América Latina, compreendendo as generalizações e as especificidades desse processo em centros de pesquisa na temática ambiental em 5 (cinco) países (Argentina, México, Chile, Uruguai e Brasil).

É inegável que a temática ambiental vem se tornando central nas discussões acerca da contemporaneidade (Ferreira, 2006), em inúmeras esferas do conhecimento,

conseqüentemente dentro da sociologia e a teoria social em geral.

Uma parte deste projeto foi executada buscando informações das áreas de pós graduação na temática da Sociologia Ambiental, com entrevistas com pesquisadores-líderes de vários institutos de pesquisas da América Latina, através da análise da produção acadêmica dos cursos de pós graduação, da publicação de livros sobre a temática e, nas análises mais centrais dessa dissertação, na produção científica dos periódicos da área da Sociologia Ambiental (Ferreira, 2009).

Um dos resultados deste projeto temático foi a construção de um Banco de Dados, uma base para concentrar informações sobre a produção intelectual na área ambiental, reunindo informações de livros, teses, dissertações, anais de encontros e periódicos relacionados principalmente com a interface entre ambiente e sociedade.¹

Neste contexto, esta dissertação tem como finalidade colaborar com o projeto temático maior do NEPAM, tendo como objetivo geral: a realização da análise de conteúdo (qualitativa) de artigos selecionados, publicados em grandes periódicos de Ciências Sociais nas últimas décadas, e relacioná-los com as correntes teóricas da Sociologia Ambiental, visando inseri-los na rede do Banco de Dados e disponibilizá-los para pesquisa em geral.

Além disso, esta dissertação apresenta um objetivo específico muito importante, pensando no futuro da organização do Banco de Dados que é: a criação de uma metodologia de pesquisa que possibilite a inserção de outros artigos relacionados com a Sociologia Ambiental no Banco de Dados.

A partir disso, a presente dissertação se apresenta dividida em 4 (quatro) partes. Na *primeira*, no intuito de inserir a discussão e com base numa bibliografia mais específica da

¹ Mais informações sobre Banco de Dados encontram-se no ANEXO 01.

Sociologia Ambiental, buscou-se trabalhar brevemente como foi o surgimento da temática ambiental dentro da Sociologia mundial e brasileira. Como a temática ambiental entra, recentemente, na esfera de discussão da teorização sociológica e como os diferentes grupos de pesquisa recebem este novo discurso.

Num *segundo* momento, buscamos apresentar, as cinco grandes correntes teóricas da Sociologia Ambiental contemporânea proposta por Ferreira (2006).

Na *terceira* parte, apresentamos a metodologia desenvolvida para dar conta da análise e seleção dos artigos. Pretendemos explicar como foram selecionados os artigos e qual será o método utilizado para sua análise, no caso a chamada “Análise de Conteúdo”(Bardin, 2008).

Na *quarta* parte, os artigos serão analisados a partir dos enfoques teóricos e abrem uma nova possibilidade de busca com sua inserção no banco de dados, uma organização do material de acordo com um recorte sociológico (análise qualitativa). Durante esta etapa, aplicamos a metodologia da análise de conteúdo, relacionando cada um dos artigos a um enfoque teórico específico, identificando quais as grandes influências teóricas mais relevantes na produção científica brasileira, onde, por fim, buscamos cruzar a análise de todos os dados, realizando uma conclusão de todas as análises feitas nos capítulos anteriores para compreendermos a relevância não só desta dissertação, mas também do projeto temático como um todo na criação desse banco de dados e do projeto temático para o avanço dos estudos da Sociologia Ambiental no Brasil.

1. Gênese da temática ambiental

A temática ambiental no âmbito da Sociologia é um assunto relativamente recente.

Por muito tempo esteve inserida de forma secundária em inúmeros campos da discussão sociológica, como na sociologia urbana, rural e do desenvolvimento, tratada como subárea dentre desses campos.

Mesmo os pioneiros da sociologia clássica apenas tangenciaram o assunto, ou seja, não temos estudos diretos de Marx, Weber e Durkheim sobre as questões ambientais, embora vários teóricos tenham feito inúmeros esforços para buscar as questões da natureza nos escritos dos clássicos. Apenas, podem-se deduzir análises a partir de seus conceitos e perspectivas sobre a sociedade.

Durkheim, por exemplo, diante da influencia da chamada Ciência Positiva, empregava inúmeros termos das Ciências Naturais em seus trabalhos² (como patologia e organismo social) também foi um grande responsável por centrar a Sociologia na compreensão de fenômenos sociais que derivam única e exclusivamente da sociedade, a análise dos “fatos sociais”, elementos exteriores e coercitivos que se sobrepõe ao individuo.

Durkheim também compreendia a sociedade moderna com otimismo, onde apesar de

² “Podemos mesmo dizer que, de todas as leis, a mais bem estabelecida experimentalmente – pois dela não se conhece uma só exceção e foi verificada uma infinidade de vezes – é a que proclama que todos os fenômenos naturais evoluem segundo leis. Se, então, as sociedades estão na *natureza*, elas também devem obedecer a esta lei geral que, ao mesmo tempo, resulta da ciência e a domina. Sem dúvida os fatos sociais são mais complexos que os fatos biológicos e físico-químicos” (Durkheim apud Castro e Dias op. Cit.:50)

complexa e turbulenta, a racionalidade levaria o homem a solucionar seus problemas, nunca tratando os problemas como algo próximo do âmbito das questões ambientais.

Já Marx também tinha a esperança de que a revolução resolvesse todos os problemas criados pela exploração capitalista e era sabidamente um entusiasta do maquinismo que presenciou a criação no século XVIII.

Porém, alguns autores como Foster (2005) trabalham com a possibilidade de encontrar nos textos de Marx, se não menções diretas à questão ambiental, uma possibilidade de indiretamente tecer análises marxistas para uma interpretação das questões da natureza.

Este autor vê em Marx, em especial nos textos de juventude, alguém preocupado com a relação entre homem e natureza onde a alienação do capitalismo gera nos indivíduos uma relação de estranhamento com o mundo, onde o meio biofísico está incluso; libertar o homem dessa alienação era propor também a criação de uma nova maneira do homem se relacionar com o meio natural.

Por sua vez, Max Weber identificava no “desencantamento do mundo” um problema que agravaria a turbulência social, oprimindo a liberdade e a autonomia das pessoas, sendo o mais “pessimista” dos três “clássicos”. A crescente racionalidade formal, resultado desse processo de “desencantamento” levaria a sociedade na busca da realização de seus objetivos presentes, com o apoio da análise de inúmeros especialistas que, para Weber, marcariam a sociedade contemporânea e que, para muitos dos teóricos sobre Weber, levaria a entendermos a profusão de ciências ligadas a questão ambiental, como numa necessidade de racionalizarmos o mundo biofísico.

Dito de outra forma, as análises desses autores não tratavam sobre questões ambientais diretamente, mas pelas suas percepções sobre a sociedade, podemos buscar algumas

explicações sobre como seria a esfera ambiental no contexto.

Embora a melhor explicação que determine porque os clássicos não trataram da questão ambiental está no fato de quem em seu tempo histórico, os impactos ambientais eram mínimos e não eram alvos de estudo³ diretos da sociologia.

Estes viveram num tempo histórico onde as questões ambientais não eram centrais e portanto partiam de outros paradigmas e, por mais que vários autores, talvez atrás de uma legitimidade que julgamos desnecessária para as análises da sociologia ambiental, busquem diferentes interpretações dos clássicos convém pensarmos se não estamos diante de buscarmos sim novos conceitos que deem conta das análises da contemporaneidade, estas sim, levando em conta a temática ambiental.

A discussão ambiental surge nos anos 1960, junto com movimentos de contra cultura, das organizações do terceiro setor, da crítica ao modelo de desenvolvimento predatório vigente e ao crescente armamentismo (Ferreira, 2006).

Inúmeros estudos, de diferentes áreas, começam a questionar os limites do desenvolvimento e da busca pelo lucro, a crescente degradação dos recursos naturais, a noção questionável de renovabilidade do meio natural e a ação cada vez mais predatória dos Estados na busca do crescimento econômico (Gorz, 1980; Illich, 1976; Hannigan, 2009)

Nota-se que, nestas discussões e nestes estudos, os impactos ambientais deixam o nível local e se tornam preocupações no nível *global*.

³ Embora saibamos que Weber, por exemplo, em seus trabalhos de sociologia da religião e análise de sociedades antigas já tenha tratado da disputa por recursos hídricos para os sistemas de irrigação e mesmo Marx também chegou a comentar sobre a pressão que o modelo capitalista faz sobre o uso inadequado do solo para a pratica agrícola, a questão ambiental não era central em nenhum desses trabalhos.

A temática ambiental, antes excluída por governos considerarem sua crítica uma ameaça ao processo de desenvolvimento, ou relegada ao segundo plano, por inúmeros pesquisadores, mesmo do campo sociológico, por considerarem o assunto menos importante que temas – tidos como clássicos (luta de classes, por exemplo) – acabam ganhando importância e sendo necessário um novo foco sobre o tema, novas reflexões, novos conceitos. Uma nova área na sociologia alcança seu espaço.

A falta de uma tradição sociológica sobre o tema e sua recente inclusão nas discussões fez com que a Sociologia Ambiental, na busca de sua identidade, formulasse novas teorias e conceitos e assim determinasse seu campo específico.

Buttel (1996 *apud* Ferreira, 2006) sintetiza a trajetória da Sociologia Ambiental em três momentos distintos: o período da formação, da constituição de um núcleo teórico e o da incorporação no campo teórico da sociologia geral.

O primeiro momento é marcado pela ação da Sociologia Ambiental como um subcampo em outras áreas de estudo sociológico, como a sociologia rural. Cabia a ela cobrir lacunas conceituais destes campos, ou seja, “a sociologia ambiental não surgiu como uma nova disciplina, mas dentro de disciplinas já existentes” (Ferreira, 2006:51).

Na fase seguinte, o trabalho de renomados intelectuais como Buttel (1992; 1996; 2000; 2002), Catton (1979; 1998), Hannigan (2009), Dunlap (1979; 1993; 1998) e Yearley (1996) dentre outros, com críticas ao modelo de desenvolvimento predatório vigente serviu para formação de um referencial teórico específico da questão ambiental.

Por fim, em sua terceira fase, presente nos dias atuais, temos a incorporação dos conceitos da Sociologia Ambiental nos trabalhos da teoria sociológica contemporânea. O assunto passa a ser pauta de novas discussões de vários teóricos sociais, como Giddens

(1991) e Beck (1995; 1998).⁴.

Se no contexto mundial, em especial nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, a discussão ambiental ganha rapidamente força, contudo, no Brasil o contexto é outro.

Durante os anos 1960, a efervescência da discussão ambiental no mundo passou praticamente despercebida no Brasil. A ilusão do “Milagre Brasileiro” e seus impressionantes índices de crescimento, por mais que os mesmos sejam baseados em práticas ambientalmente predatórias e de desmatamento, fizeram com que as análises das questões ambientais fossem mal vistas aos olhos dos que propalavam o desenvolvimento, afinal feriam a base do crescimento do chamado “Brasil Potência”. Uma prova dessa situação está primeiramente no atraso em que as questões ambientais começaram a ser debatidas neste país, em relação aos países europeus e também na postura adotada pelo governo brasileiro sobre os impactos ambientais durante a realização do primeiro encontro internacional sobre meio ambiente feito pela ONU em Estocolmo (Suécia) em 1972.

Diante disso, o Brasil, junto com outros países emergentes, se posicionou contra todas as propostas de preservação ambiental e negaram boa parte dos argumentos que criavam uma oposição entre o meio natural e boa parte das ações do sistema produtivo vigente.

O Brasil ainda foi além, liderando esse grupo de emergentes, junto com a China, denunciaram a “proteção ambiental” como uma nova estratégia dos países do Norte contra o progresso dos novos industrializados do Sul para a manutenção destes sempre em subdesenvolvimento, e que a utilização dos recursos naturais seria um caminho para o

⁴ Um bom exemplo disso encontra-se em Giddens (1991), onde este trabalha a partir do conceito de risco e comenta que “a categoria do ambiente criado, ou ‘natureza socializada’ se refere ao caráter alterado da relação entre os seres humanos e o ambiente físico. A variedade de perigos ecológicos nesta categoria deriva da transformação da natureza por sistemas de conhecimentos humanos” (129)

desenvolvimento dos emergentes e direito dos países que possuíssem tais recursos e ainda realizaram uma grande propaganda visando atrair empresas transnacionais poluidoras para dentro do território dos emergentes.

Em tempos de otimismo econômico, graças ao constante aumento do PIB, colocando-nos entre as dez maiores economias do planeta, e às vultosas quantias de capital externo introduzidas no território, nota-se que a postura do Brasil na Conferência de 72 teve eco dentro da sociedade civil, minando o discurso ambiental no país, fazendo com que este fosse tratado como propaganda ideológica dos países do Norte contrários ao desenvolvimento brasileiro e atraindo inúmeras indústrias para o país, ao custo de vários impactos ambientais⁵.

Diante disso, o Brasil passou os anos 1960 à margem da discussão ambiental e também quase sem nenhuma ação no início da década de 70, com exceção de poucas organizações ambientais que surgiram neste período, como a pioneira Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) criada pelo ambientalista José Lutzenberger.⁶ Esta tinha um caráter ambientalista amplo, influenciado pela discussão norte-americana, defendia, por exemplo, o combate ao uso indiscriminado de pesticidas, fungicidas e herbicidas, a minimização da poluição urbana e via a ecologia como uma “ciência da sobrevivência” visando uma “nova moral ecológica”.

⁵ Um bom exemplo disso está na criação dos projetos minerais na Amazônia durante os anos 70, como os Pólos de Alumínio, onde a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), brasileira, se associou a três empresas poluidoras dos países do Norte, Alcoa (EUA), Billigton-Shell (Reino Unido e Holanda) e NALCO (Japão) resultando em grandes impactos ambientais nesta região (Becker, 1998)

⁶ Vale citar que a primeira organização ambiental no Brasil foi a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza datada de 1958, de perfil preservacionista e atuação limitada, graças à preocupação marginal com a temática ambiental na opinião pública do Brasil.

Mas a Conferência de Estocolmo também gerou um fruto positivo para o ambientalismo brasileiro, pois constituiu uma oportunidade do debate ambiental aparecer na mídia e para novos setores sociais que antes desconheciam a discussão. Além disso, o fim do “Milagre” e a análise de suas conseqüências, não só ambientais, mas também em inúmeras outras esferas, torna parte da sociedade civil mais informada e sensível a temática ambiental (Ferreira e Ferreira, 1992).

A década de 80, é marcada pelo multissetorialismo da temática ambiental, graças a uma disseminação pública do tema e a ação de novos setores nesta esfera, como instituições de pesquisa e setores do empresariado (Viola e Leis, 1992 e Goldenberg, 1992).

Aspecto relevante a se considerar está na crise da “década perdida”, onde após o otimismo econômico do “Milagre” o Brasil foi contrastado com sua herança de degradação ambiental e o país estigmatizado por outros como uma área tolerante à poluição.

Assim, movimentos ambientais proliferaram pelo território, e em múltiplos setores. Uma prova de que a percepção ambiental aumenta na sociedade civil é que a discussão ambiental se torna discurso em outros movimentos, chamados então de “sócio-ambientais”, por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o movimento dos seringueiros e os movimentos pelos direitos indígenas. Nesse contexto, o ambientalismo surge como base de apoio destes movimentos oferecendo referencial teórico para suas reivindicações e um discurso que os aproxima de outros setores da sociedade⁷.

Estas novas organizações trazem um caráter diferenciado em relação às da década anterior, deixam de lado a simples denúncia e passam por um período de institucionalização onde nota-se a formação de profissionais especializados na questão ambiental, um aumento

⁷ Viola e Leis (1992) citam outros movimentos socioambientais: dos trabalhadores rurais sem terra, de moradores, estudantis, de defesa do consumidor, pacifista, de desenvolvimento do potencial humano, feministas e sindicatos.

na quantidade de recursos financeiros que provém de “organizações ambientais do Primeiro Mundo, doações de membros esclarecidos das classes alta e média brasileira, associados e contratos de agências governamentais brasileiras” (Viola:63, 1992) e surgimentos de propostas/alternativas de preservação ambiental.

Também nos anos 1980, três eventos foram marcantes para o ambientalismo.

O primeiro foi a divulgação do Relatório Brundtland onde o conceito de “desenvolvimento sustentável” foi difundido⁸. Na visão de muitos ambientalistas, por essa proposta o fosso entre ecologistas e economistas foi ultrapassado, pois este vinha para tentar associar o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Embora esta idéia hoje gere novas polêmicas (Goldenberg, 1992; Viana, Silva e Diniz, 2001; Nobre, 2002), é fato que muitos críticos do ambientalismo, por julgá-lo contra o progresso e o desenvolvimento, se tornaram sensíveis à temática ambiental pós Relatório Brundtland.

Também tivemos a divulgação de que o Brasil seria sede da segunda conferência da ONU sobre Ambiente que seria em 1992, no Rio de Janeiro (Rio-92), isto gerou uma grande discussão na mídia e ampliou a ação e importância dos grupos ambientais no Brasil.

Em contraste, no fim desta década tivemos a informação do aumento significativo na área de queimada na Amazônia e o assassinato de Chico Mendes, grande líder do movimento sócio-ambiental dos seringueiros. Esses episódios tiveram grande repercussão no âmbito internacional transformando o governo brasileiro em “vilão ambiental”, aumentando o poder e influência dos grupos de pressão ambientais.

Preocupado em melhorar a imagem, o governo cria em janeiro de 1989 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a fim de

⁸ A saber: “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD: 46, 1988)

promover propostas de ação pró ambiente e se aproximar das organizações ambientais.

Ainda no nível governamental o fim dos anos 80 é marcado pelas atividades da Assembléia Constituinte, onde pela primeira vez, o ambientalismo organizou um *lobby* em torno do Deputado Fábio Feldman e obteve grandes vitórias com um texto bastante avançado nas questões ambientais dentro da Constituinte. Futuramente, perceberíamos a dificuldade de implantação desse texto no cotidiano da proteção ambiental do Brasil.

Nas eleições de 89, Viola (1997) cita que os movimentos ambientalistas se dividiram entre o apoio a Lula (PT) e Mario Covas (PSDB), mas que a vitória de Collor (PRN) trouxe uma grande surpresa para as questões ambientais.

Sem nenhuma referência a problemática ambiental durante a campanha, Collor após eleito, surpreende a todos com um discurso pró ambiente, mostra-se sensível aos apelos das organizações ambientais e escolhe José Lutzenberg, ambientalista pioneiro do Brasil, para presidente do IBAMA.

Essa postura se justifica, pois o Brasil era alvo de inúmeras críticas de diversos setores, como já exposto acima, e também seríamos a sede da Rio-92, e, se o discurso ambiental nos anos 70 ganhava destaque no nível internacional e valia pouco internamente, agora a importância era outra. O surpreendente discurso ambiental de Collor servia como propaganda para amenizar as críticas internas e ganhar confiança dos países e instituições do Norte, pois a proteção ambiental ganhava cada vez mais destaque e podia ser usada como moeda de troca para atrair capital de instituições financeiras desejosas em apoiar países com preocupação ambiental consistente. (Ferreira e Viola, 1997)

Logo o discurso se revela diferente das práticas, pois apesar de toda pompa sobre meio ambiente os recursos do IBAMA se tornam cada vez mais escassos, sendo impossível que

qualquer grande projeto seja realizado, levando ao pedido de demissão de Lutzenberg poucos meses depois.

Como propaganda, de fato a Rio-92 teve seu aspecto positivo. Acredita-se que ali nascia o chamado “espírito do Rio”, ou seja, amplia-se a temática ambiental por praticamente todos os setores sociais, gerando um imenso sucesso simbólico da conferência, além da Agenda 21, um documento normativo que estabeleceu relações ambientais novas entre os países, pensadas a partir das noções de sustentabilidade, embora sem nenhum compromisso de concretização efetivo dos países, correndo o risco de se tornar apenas uma “carta de intenções”. Mas enfatiza que existiu um grande fracasso político-econômico no evento, pois para além da Agenda 21, o encontro mostrou-se incapaz de efetivar marcos de referência, mecanismos de implementação e instituições voltadas para a prática das questões ambientais, o que levou a um retrocesso no ambientalismo, que, desde fim dos anos 1980, se preparou para a conferência, cuidando exaustivamente da sua realização no plano organizacional e depositando muitas esperanças na concretização dela e após sua realização, sem muitos ganhos práticos reais, passou por momentos de “desorientação”. Se o Brasil, pós Rio-92 se torna liderança mundial no debate ambiental, suas organizações, institucionalizadas nos anos 1980 e de grande repercussão nos últimos tempos, venham a perder espaço, diminuindo os debates onde apenas um grupo minoritário da chamada “Geração do Rio” persiste no ambientalismo (Viola, 1995).

Neste período traçado, dentro das Universidades, o debate ambiental começa nos anos 80, com forte caráter interdisciplinar, agregando disciplinas como geografia, economia, ecologia e a própria sociologia.

No campo acadêmico, Ferreira (2006; 2002) nos mostra um relato do desenvolvimento

da sociologia ambiental nas universidades brasileiras.

Inicialmente encontramos iniciativas isoladas em algumas universidades. Em especial a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), tem-se início os primeiros trabalhos interdisciplinares na área, unidos cientistas sociais e naturais, com forte embasamento empírico, muitas regiões tornaram-se base de estudos visando descrever-lhes com um ponto de vista multidimensional. A interdisciplinaridade, compreendida como aspecto importante para o tratamento das questões ambientais, deu origem a um centro de pesquisa voltado da temática em linhas transversais com várias áreas do conhecimento.

Já na Universidade de São Paulo (USP), inspirados por teóricos da ecologia profunda e da complexidade tem-se a criação de um programa de Mestrado no tema em busca de um novo paradigma sobre o tratamento da questão ambiental, um paradigma holístico.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a discussão tinha ênfase nas relações entre o meio natural (biosfera) e o mundo globalizado, com forte interação entre a sociologia e a política, dando ênfase ao paradigma da ecologia política.

Diferentes ênfases, mas complementares com a transversalidade da temática ambiental como ponto comum. Talvez por essa abordagem transversal a temática ambiental tenha encontrado alguma dificuldade para se inserir no núcleo duro das ciências sociais brasileira.

Mas, em meados dos anos 1980, por forte pressão dessas três universidades, surge, nos encontros da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) um Grupo de Trabalho (GT) denominado Ecologia, Política e Sociedade. Pela primeira vez, embora ainda de forma incipiente, os pesquisadores da área de Ambiente e

Sociedade se reuniam para trocar experiências.

Associado a isso, vários pesquisadores nesse processo, aumentaram o diálogo dos trabalhos realizados no Brasil com a produção acadêmica no exterior, através de intercâmbio em grupos de pesquisa ou pela participação em programas de doutorado ou pós-doutorado em outros países. Esse processo associou a produção dos intelectuais brasileiros à teoria e debate no âmbito internacional, auxiliando na institucionalização das pesquisas sobre o tema no Brasil.

Nos anos 90, além da boa receptividade dos trabalhos brasileiros no exterior; dentro do território, o clima político favorável, devido ao encontro “Rio-92” ajudou a estimular as pesquisas em Ambiente e Sociedade. (Ferreira e Ferreira, 2002)

Exatamente o elevado grau de institucionalização realizado nesse processo que possibilitou, por exemplo, a criação de periódicos sobre o tema, divulgando as pesquisas, além da inserção da temática ambiental em outros encontros relacionados à área de Ciências Sociais, como o da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e Congresso Internacional de Sociologia Rural, realizado em 2000.

Nesse processo também aconteceu a criação da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisas em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), associando os grupos de pesquisa que tratam do tema no Brasil e trocando experiências⁹.

Dessa forma, notamos que toda trajetória supracitada serviram para criar o espaço da Sociologia Ambiental no Brasil, espaço dinâmico este onde ainda encontramos um (re)fazer constante.

⁹ Para encontrar mais análises sobre o processo de institucionalização da temática em Ambiente e Sociedade ver Guimarães, 1984; Pádua, 1987; Ferreira e Viola, 1997; Ferreira e Ferreira, 2002.

2. As correntes teóricas da Sociologia Ambiental

As correntes teóricas, presentes em Ferreira (2002; 2006), que trabalharemos abaixo são as utilizadas na classificação do Banco de Dados. A partir de sua explicação faremos uma análise dos artigos dos periódicos buscando ênfases do discurso dos textos com a teorização existente na Sociologia Ambiental.

2.1. Enfoque materialista durkeimiano

Esta corrente teórica é considerada a pioneira dos estudos da interface entre a temática ambiental e a sociologia e tem como os principais representantes os pesquisadores W. R. Catton (1979; 1998) e R. E. Dunlap (1979; 1993; 1998) que, ao longo dos anos 1960 e 1970 divulgaram diversos artigos enfatizando a necessidade de uma mudança nas bases sociológicas para os estudos das questões ambientais.

Conforme já exposto nesta dissertação, os anos 1960 e 1970 eram muito profícuos para a discussão ambiental, graças ao desenvolvimento do ambientalismo e de inúmeras teorias em outras áreas como na geografia e ecologia, sobre a temática.

Esta corrente teórica – fruto de seu tempo de origem – tenta associar a discussão ambiental na Sociologia fortemente influenciada pelas ações do ambientalismo na sociedade civil e nas discussões teóricas de outras disciplinas, fortalecendo esta frente de estudos, inicialmente na Sociologia rural e posteriormente como um campo de estudo próprio.

Este enfoque parte da concepção de que os processos sociais, como os aspectos culturais e as relações de poder, acontecem graças a um substrato material que permeia as sociedades, onde os “fluxos de energia e de materiais estão entre os mais cruciais parâmetros subjacentes a estrutura e a vida social.” (Buttel, 2001;18). A partir dessa concepção materialista da organização social, os atores sociais agiriam num espaço composto não só pelas sociedades, mas primordialmente, por um meio biofísico que tem uma estrutura própria e um modo particular de funcionar. A partir disso,

“deve-se estudar a sociedade no seu aspecto exterior. Considerada sob esse ângulo, aparece como formada por uma massa de população, com uma certa densidade, distribuída de uma certa maneira sobre o terreno, dispersada na zona rural ou concentrada nas cidades, etc.: ocupa um terreno mais ou menos estreito, situado de tal ou qual maneira com referência aos oceanos e aos territórios dos povos vizinhos, cortado mais ou menos intensamente por cursos d'água, por vias de comunicação de todos os tipos, que estabelecem uma relação mais frouxa ou mais íntima entre os habitantes. Este território, suas dimensões, sua configuração, a composição da população que se desloca sobre sua superfície, são fatores naturalmente importante na vida social; este é o substrato e, tal como no indivíduo a vida psíquica varia segundo a composição anatômica do cérebro que a sustém, os fenômenos coletivos variam segundo o substrato social. Existe portanto um lugar para uma ciência social que faça essa anatomia, e visto que esta ciência tem por objeto a forma exterior e material da sociedade, propomos chama-la de *Morfologia Social*.” (Durkheim, E in Rodrigues, 1981: 42, grifos do autor).

Regido por uma interação de forças, o meio biofísico atua e responde às ações humanas mantendo ou modificando sua “engrenagem”, daí o caráter durkheiminiano da corrente

teórica de entender as relações entre o mecanismo biofísico e as ações da vida em sociedade.

Catton e Dunlap (1979) acreditam que é necessário transformar alguns paradigmas dentro das ciências humanas para abarcar os estudos ambientais que veem se tornando tão importantes com a emergência desta temática no mundo.

Dito de outra forma, no materialismo durkeimiano parte-se da noção de que a sociologia convencional não considera a base material da natureza, portanto esta seria totalmente incapaz de lidar com a questão ambiental. Além disso, a própria sociedade ocidental, onde esta Sociologia está inserida, teria uma crença na noção do progresso, crescimento e confiança infinitos, o que viria contra a noção do desgaste ambiental, necessitando então de novas premissas para tratar a questão, justamente por isso que as sociedades “gastam” mais “serviços do ecossistema” do que a capacidade que o meio natural teria de repô-los, agravando, dessa forma, os problemas relacionados à “escassez” (do meio natural) e colocando a mostra uma “vulnerabilidade ecológica”, já identificada por outras ciências, como a ecologia, por exemplo.

Daí a necessidade de revermos, dentro dos aspectos clássicos da Sociologia, tradicionais paradigmas. Segundo a visão do materialismo durkeimiano, muitos paradigmas sociológicos nasceram para valorizar as questões nacionais, como a cultura, as relações de poder e características sociais dos grupos humanos, esquecendo o substrato material oferecida pelo meio biofísico para que tudo isso se desenvolvesse. Não se trata de minimizar os pólos de atenção e estudos da Sociologia clássica, mas acrescentar o meio natural nos estudos, compreendendo que estes também estão inseridos nessa lógica das

relações de poder, cultura e sociedade entre as sociedades. Acreditam que deveria ser abandonada a visão na qual o homem é o único foco, ou como chamava do Paradigma da Excepcionalidade Humana (PEH)¹⁰ por uma visão onde o homem é parte importante, mas não única, dividindo a ênfase e atenção com o meio biofísico, no chamado Novo Paradigma Ecológico (NEP)¹¹

Lenzi (2003) nos mostra uma proximidade grande dos textos do materialismo durkheimiano com as correntes teóricas do ambientalismo desenvolvido nos anos 1970, como o sobrevivencialismo e o romantismo verde, inclusive aproximando as ideias do NEP e o enfoque “ecocêntrico” com a noção de “igualdade biocêntrica” da ecologia profunda, que acredita que “nenhuma espécie, incluindo a espécie humana, é considerada de maior valor, ou em algum sentido, superior a qualquer outra” (Dryzek, 2003: 25)¹²

Já Hannigan (2009), não descartando a influencia das correntes ambientalistas do MD, também observa uma forte influencia da corrente da Ecologia Humana de R. Park e da Escola de Chicago nos textos de Catton e Dunlap, onde esta compreendia que as organizações humanas deveriam ser vistas em dois níveis: o cultural e o biótico. Porém, diferentemente da proposta do materialista durkheimiano, nota-se uma valorização do cultural e uma supremacia das tecnologias e da capacidade humana de dominar o meio biofísico, segundo o pensamento da Ecologia Humana.

¹⁰ Do inglês “Human Exceptionalist Paradigm” (HEP)

¹¹ Do inglês New Ecological Paradigm” (NEP)

¹² Convém citar que o “romantismo ecológico” pretendia capacitar os indivíduos a terem novas perspectivas e experiências com a natureza através de existência de novas subjetividades e o “sobrevivencialismo” tecia duras críticas ao modo como o ser humano vive em sociedade pressionando demais os recursos existentes, necessitando de ações drásticas para barrar essa situação.

2.2. Enfoque materialista marxista;

Esta corrente teórica tem como principal expoente os escritos de A. Schnaiberg (1996), com forte base na tradição marxista e, assim como o materialismo durkeimiano, parte da importância do caráter material das sociedades presente com a natureza.

A corrente materialista marxista parte de alguns conceitos da tradição marxistas para explicar a relação da degradação ambiental, em especial na sociedade capitalista contemporânea, como a noção da função do Estado.

O Estado, sob a ótica marxista, visa à manutenção do poder dos grupos dominantes, ou como o próprio Marx (1998) afirma n'*O Manifesto Comunista* de que o Estado seria um comitê para gerir os negócios comuns de toda burguesia e assim, o Estado mantém seu próprio poder. Dito de outra forma, dentro da tradição marxista, este Estado seria apenas mais um instrumento da manutenção do poder burguês, independentemente da forma como se apresenta, seja democracia ou ditadura, seja parlamentarismo ou presidencialismo, seja monarquia ou república.¹³

A partir desta noção, temos a seguinte hipótese: o Estado funciona a partir da noção de “treadmill of productions” e esta tende a levar a uma degradação ambiental constante.

Diante disso, o Estado numa “esteira de produção” funcionaria da seguinte forma: este só teria a manutenção segura do seu poder favorecendo determinados grupos e, em especial, estimulando a acumulação privada de capital e o crescimento econômico, ou seja, seria

¹³ Miliband (1972) aprofunda essa questão da ação do Estado capitalista, em especial sob a ótica marxista, que é fundamental nos trabalhos de Schnaiberg e na fundamentação teórica do materialismo marxista.

muito contraproducente para um Estado que não viabilizasse o crescimento para sua população e/ou para o “bloco no poder”, porém esse crescimento econômico e essa acumulação têm origem na automação, no estímulo à produção industrial, aumentando o desemprego e a precarização do trabalho para a classe operária. O Estado, por sua vez, ainda para a manutenção de seu poder, cria políticas de criação de emprego e políticas sociais para manter sua popularidade. No fim, seja favorecendo a classe burguesa ou aparentemente a classe operária, sempre o fim é a busca pelo acúmulo de mais riqueza. Este ciclo de estímulo a acumulação leva a necessidade de “retiradas” (extração de recursos naturais) cada vez maiores e ao surgimento de “acréscimos” (poluição) em excesso.

O Estado capitalista que visa à manutenção do seu poder, seja favorecendo o progresso burguês de um lado e aumentando os programas sociais para camadas mais pobres do outro, acaba por estimular um modelo que visa apenas o desgaste do meio biofísico e um acúmulo de poluentes nas mais diversas formas.

Surge então, uma dialética, onde o crescimento econômico é visto, em nossa sociedade, como uma aspiração social, ao mesmo tempo em que este não é sólido, ambientalmente falando e a ruptura ecológica é uma consequência inevitável dessa expansão econômica.

2.3. Enfoque pós-materialista

Os trabalhos do enfoque pós-materialista veem ganhando espaço dentro da teorização ambiental nos últimos anos, em especial graças aos trabalhos de R. Inglehart (1990), onde a questão dos meios naturais sai de uma perspectiva material para uma análise que ele chama

de pós-material.

É aplicado principalmente para teorizar, de um lado, o movimento ecológico em países centrais e, de outro, o crescimento dos mesmos dentro de vários países periféricos, principalmente os emergentes, sob uma sensibilização de uma camada média – alta da população.

Ao contrário do materialismo dos enfoques anteriores que partiam da degradação ambiental propriamente dita para explicar as reações contra os impactos ao meio natural, o pós-materialismo busca tratar da alteração de conceitos como “qualidade de vida” e valores culturais distantes do consumo tradicional para focar a emergência de novas necessidades, como a preservação ambiental.

Alguns grupos, como nos países centrais e os mais ricos dos países emergentes, não tendo mais que ter preocupações básicas como a sobrevivência e a subsistência, pois seja por uma melhor equidade social (centrais) ou pela concentração de capital (classes média e alta dos emergentes) estes já teriam assumido uma condição materialmente confortável, focando em outras questões que passam a ser relevantes.

Na modernidade clássica, a qualidade de vida e afins eram colocados sob o signo do material, já numa condição de pós-modernidade, de acordo com o pós-materialismo, buscaram-se novos valores, pois “o fato de a distribuição econômica de conflitos não ser mais tão pungente é resultado de uma mudança etária da geração que se volta a novos valores, os quais incluem um crescente interesse por prazeres ambientais como resultado de um declínio da utilidade marginal da fartura, e de bens materiais facilmente obtidos.” (Martinez-Alier, 1999;124)

Isso significa que, após um determinado progresso material, algumas sociedades ou grupos, se focaram na necessidade de buscar a proteção ambiental como uma urgência não materialista, seja porque não existia a necessidade do acréscimo material destes grupos ou porque acontece uma transformação na concepção de qualidade de vida e de valores “pós-materiais” a serem cultivados.

Isto explicaria, segundo o pós-materialismo, o crescimento dos movimentos ecológicos e “partidos verdes” inicialmente nos países centrais, a aproximação da classe média dos emergentes nas ONG's ambientais, o surgimento de inúmeros movimentos, de cunho religioso ou não, de estímulo a um novo padrão de vida, “ambientalmente correto” de minimização do consumo ou nos movimentos de “consumo consciente” que atinge diretamente grupos mais abastados dos países.

2.4. Enfoque construtivista.

Liderados pelos textos dos pesquisadores J. Hannigan (2009) e S. Yarley (1996), este enfoque teórico reveste a questão ambiental de um caráter social pouco discutido nas outras correntes.

Sem negar a obviedade da existência dos impactos ambientais, no enfoque construtivista questiona-se a quem ou que grupos a degradação ambiental afeta. Parte-se do princípio de que o discurso ambiental pode ser socialmente construído. Dito de outra forma, existiriam um arcabouço ligando grupos de pressão, disputas de poder, novas centralidades que seriam

responsáveis pela criação ou valorização de temáticas ambientais, centrando-se nos “processos sociais, políticos e culturais através dos quais as condições ambientais são definidas como sendo inaceitavelmente arriscadas e, portanto, litigáveis” (Ferreira, op.cit:47)

Este enfoque tenta centrar a discussão ambiental nas disputas sociais que podem estar por trás das ações de grupos, fortalecendo temáticas e muitas vezes valorizando determinados agentes, geralmente ligados à ONG's de proteção ambiental.

Através da análise do discurso, busca-se compreender porque impactos vem à tona em determinados períodos e como são tratados e construídos. Hannigan (2009), por exemplo, parte dessa premissa para desenvolver a tese de como determinantes ambientais podem ser criados, passando por algumas etapas.

Primeiramente, um problema ambiental precisa ser validado cientificamente, a função do especialista coletando dados, cruzando informações da esfera da ciência garante a confiabilidade na questão, ou seja, não se questiona que o problema socialmente construído não exista, mas sim o que acontece daí por diante, quando essas informações saírem da esfera da ciência e chegarem até a ação política. A corrente construtivista explica que vários impactos ambientais não saíram da discussão teórica, seja por inabilidade da esfera da ciência em popularizar a temática ou pelo pouco interesse de grupos de pressão para discuti-la publicamente, daí a noção da construção social dos impactos ambiental.

Portanto, a popularização da temática é um esforço feito por grupos ou mesmo alguns cientistas-ativistas que retiram a discussão do campo científico e expande para outras esferas, como sociedade civil, ganhando a atenção de variados espaços de massificação da temática, como a grande mídia por exemplo, que muitas vezes faz uso de recursos visuais e

simbólicos criando um atalho cognitivo e pelas imagens, não fazer uso de argumentos complexos da ciência¹⁴.

Da construção desse impacto ambiental é possível acontecerem ações positivas visando à minimização da degradação e muitas vezes ações de continuidade e legitimidade, muitas vezes envolvendo valores financeiros, seja para sustentar ações ou viabilizar uma ONG.

Ou seja, esses passos nos mostram como um problema ambiental pode ser socialmente construído, enquanto outros podem ser minimizados, não pela sua pouca influência ou impacto, mas sim por não agradar grupos de pressão em específico ou tem a interferência de outros poderosos grupos que contestem o impacto explorado pela ciência. Por exemplo, é de propaganda global as queimadas na Amazônia em contraponto que muito menos divulgado, porém também muito sério, são as secas na região da África Saheliana.

Os construtivistas argumentam que por trás do debate público sobre o meio biofísico existe um imenso jogo de poder, em que a influência e um capital generoso estariam envolvidos, movimentando os argumentos para um lado ou para o outro, favorecendo alguns grupos em detrimento de outros, usando argumentos muitas vezes emocionais para mobilizar a opinião pública, onde termos como “destruição dos mares”, “destruição das florestas” e outras metáforas militares são utilizadas para se esquivar das difíceis e, muitas vezes, frias explicações científicas.

Ao contrário do que possa parecer numa primeira leitura, os construtivistas não são conservadores e nem negam a existência dos impactos ambientais, na verdade só

¹⁴ Como exemplo, Hannigan cita a divulgação de fotos chocantes na mídia, pelo movimento ambientalista, de filhotes de focas sendo mortos com um bastão numa porção de gelo na península do Labrador, fato que atraiu a atenção da sociedade civil muitos mais do que qualquer divulgação de dados científicos e técnicos da quantidade de focas que são mortas por ano.

acrescentam luz a uma temática que não é tão ingênua como parece e movimenta interesses, poderes e muito dinheiro. Demonstrar que os interesses ambientais são construções sociais em nada minimizaria a relevância de mobilização para resolvê-los e a busca de uma agenda política ambientalmente sustentável, mas é afirmar sim, que a temática ambiental tem atores sociais ativos e mostra um caráter sociológico proeminente.

2.5. Enfoque na “sociedade de risco”;

Esta corrente teórica, liderada pelo pesquisador U. Beck (1998) parte de uma crítica ao industrialismo para chegar à noção de “sociedade de risco”. Por risco, entende-se a “maneira sistemática de lidar com perigos e incertezas introduzidas pela própria modernização” (Beck apud Hannigan op cit; 46)

A partir dessa noção, percebe-se que os riscos são inevitáveis num contexto de modernidade e do industrialismo que a acompanha. A sociedade moderna e industrial tinha como grande objetivo produzir riquezas, mesmo que está acompanhada pela distribuição desigual da mesma, e minimizar os efeitos da contradição presente no cerne dessa modernidade simples.

O aprofundamento dessa condição leva a uma transformação social que seria a criação de uma “sociedade de risco”, onde a necessidade de acumulação de riquezas trouxe a tona um meio biofísico que foi exigido ao máximo, criando situações de escassez e poluição crescentes.

Esta “sociedade de risco” seria, portanto, uma etapa além do contexto da modernidade e

fruto dela. Diferentemente da desigualdade criada pelo processo de intenso industrialismo, onde a desigualdade, em especial na renda, era premissa básica, teríamos agora uma condição de “democratização” dos riscos. Ou seja, a pobreza de hoje, que teve sua origem nas diferenças de classe do passado compartilha uma condição em que a poluição, por exemplo, atinge todas as classes sociais. Os traços do industrialismo são marcados pelas diferenças e já a “sociedade de risco” trás como base a igualdade dos impactos. Daí entendermos hoje a necessidade de considerarmos que os impactos ambientais têm um alcance global.

A modernidade simples do passado, baseada no binômio “capital – trabalho”, hoje sente a necessidade de pensar em questões que lançam novos paradigmas, como a temática ambiental.

Politizar e expandir o debate ambiental seria uma necessidade, a partir do momento em que os riscos são compartilhados por todos, independente da classe social. Sendo assim, esses riscos, frutos do aprofundamento do industrialismo, passam a serem centrais e constitutivos da sociedade baseada numa nova modernidade.

Diante disso, os teóricos da “sociedade de risco” acreditam que nossa sociedade caminharia para uma diminuição da importância da “racionalidade científica”, restrita aos peritos, responsável pelos avanços da modernidade simples, para uma “racionalidade social”, onde os peritos perderiam força para a sociedade civil, ação do Estado, enfim, para a esfera da política. A temática ambiental e a questão do risco ganha tal proporção que apenas a ciência não consegue abranger a discussão sobre o tema, surgindo a necessidade de expandi-la, para o espaço público.

A discussão seria necessária, pois viveríamos uma transição da modernidade simples

para esta “sociedade de risco” e novas questões se colocam a frente, por exemplo, não se discutam os impactos da queima dos combustíveis fósseis antigamente quando se falava na necessidade do crescimento econômico, mas hoje esse assunto é central e sai dos laboratórios para o debate público.

Deste debate surgiria a possibilidade de construção de uma nova modernidade, a partir da noção da modernização reflexiva, onde a necessidade de pensar e refazer políticas com o advento do risco levaria a uma reflexão e novas posturas diante do surgimento da temática ambiental e a necessidade de associá-la aos interesses dessa nova sociedade

Ao contrário do que se pode supor, esta transformação na sociedade não se daria pela superação da modernidade simples, mas sim por sua radicalidade. Dito de outra forma, é como se a modernidade, em seu alto estágio, que faz surgir o risco é a mesma que, radicalizada, indiretamente propõe as soluções, através da modernização reflexiva dos atores sociais e das instituições repensadas neste novo contexto. Assim, “‘modernização reflexiva’ significa a possibilidade de uma (auto)destruição criativa de toda uma era: aquela da sociedade industrial. O ‘sujeito’ dessa destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental (...) supõe-se que a modernização reflexiva signifique que uma mudança da sociedade industrial – ocorrida sub-repticiamente e sem um planejamento no início de uma modernização normal, autônoma e com uma ordem política e econômica inalterada e intacta – implica a *radicalização* da modernidade, que vai invadir as premissas e os contornos da sociedade industrial.” (Beck, 1997:12-13, grifo do autor).

Por fim, nota-se a centralidade da temática ambiental para o enfoque da Sociedade de Risco, pois é esta que coloca primeiramente em xeque os paradigmas do que se conhecia como modernidade simples e leva a necessidade de uma nova reflexão sobre as instituições

e os agentes a fim de evitar mais agressões ao meio biofísico e escassez.

2.6. Enfoque na “modernização ecológica”;

O enfoque da “modernização ecológica” parte das premissas de que a mesma concepção do industrialismo que levou a degradação que se encontra hoje nas sociedades pode ser o grande fator de alteração dessa condição de poluição e provável escassez futura.

Inicialmente paradoxal, esta interessante corrente teórica tem como pano de fundo os estudos dos holandeses A. P. J. Mol (2000) e G. Spaargaren (2000), em especial quando estes analisaram a criação de novas tecnologias ecológicas na aplicação industrial na Europa Ocidental. A ideia básica seria buscar uma fusão entre a proteção ambiental, algo necessário para a sobrevivência dos ecossistemas, com a modernização industrial, uma condição que é presente e não deixará de existir nas sociedades contemporâneas, seria “uma troca ecológica do processo de industrialização em uma direção que leva em conta a manutenção da base de sustentação existente” (Mol apud Hannigan, op. Cit; 47).

Fortemente influenciada pelo Relatório Brundtland e pelos nascentes conceitos de sustentabilidade, este enfoque apresenta uma perspectiva otimista sobre a questão ambiental, na crença de que tecnologias verdes seriam a alternativa mais viável para a manutenção do sustentáculo econômico do mundo capitalista associado com a preservação ambiental. A sociedade industrial, seguindo os parâmetros da “modernização ecológica”, atingiria três fases: (a) a descoberta industrial, (b) a solidificação de uma sociedade baseada nesse industrialismo e (c) uma mudança ecológica desses processos industriais para aquilo

que Huber chamou de “superindustrialização”, que numa perspectiva da ME seria o surgimento de “tecnologias verdes”

Obviamente, esta estratégia não parte única e exclusivamente das empresas, mas sim viriam da atitude de pressão de organizações da sociedade civil e da ação direta e forte do Estado. Mol (2000 apud Herculano) explica que a reestruturação ecológica na produção industrial é uma realidade, mas não se dá por processos puramente técnicos, mas sim com uma série de transformações sociais, políticas e culturais necessárias para fundamentar esta transformação industrial rumo às “tecnologias verdes” como:

1. “um sistema político aberto e democrático;
2. uma ampla consciência ecológica;
3. ONG's ambientalistas bem organizadas, que tenham recursos para pressionar por uma reforma ecológica radical;
4. um sistema detalhado de monitoramento, que gere dados ambientais públicos, suficientes e confiáveis;
5. uma economia de mercado que domine os processos de produção e consumo;
6. um Estado legítimo e intervencionista, com uma infraestrutura socioambiental avançada e diversificada;
7. organizações de negócio e de mediação, que sejam capazes de representar produtores setoriais nas negociações;
8. alguma experiência e tradição nos procedimentos de negociação política” (p.269)

Essa variada gama de características obviamente absorve uma pequena parcela das nações do mundo, em especial nações mais ricas e de Estado de Bem Estar Social mais ativas, como a tradição dos estados europeus na porção ocidental (Holanda, Suécia, Noruega, por exemplo), mas na “modernização ecológica” acredita-se que esses fatores são importantes para uma transformação nos processos produtivos visando uma reorganização ecológica, porém países sem todas essas características podem pressionar pelas reformas

ambientais e conseqüentemente atingirem condições favoráveis para a “modernização ecológica”.

Neste capítulo, trabalhamos sucintamente os principais enfoques teóricos da Sociologia Ambiental contemporânea. Obviamente, sabemos que esta divisão não é rígida - uma vez que encontraremos em nosso estudo qualitativo, vários trabalhos híbridos, ou seja, que buscam teorizar em mais de um enfoque - mas sim uma saudável tentativa de trabalhar os diferentes núcleos de discussão deste recente campo da Sociologia.

Escolher trabalhar com este recorte teórico, mais do que atender a necessidade de classificação do banco de dados do projeto temático, é principalmente buscar trabalhar com conceitos próprios de uma área do conhecimento que está em formação. Valorizar estes conceitos e trabalhar com uma homogeneidade nos enfoques é uma busca por comprovar que lidamos com uma área de conhecimento que tem um recorte específico e que recebe constantes contribuições. Dito de outra forma, no futuro talvez encontremos muitas outras formas de classificação teórica, afinal a Sociologia é trabalha sobre a noção do “(re)fazer constante”, mas diante do que se apresenta de produção científica na área ambiental, acreditamos que esta divisão não só atende às nossas necessidades como também revela a vivacidade e a criatividade da “imaginação sociológica” desta nova área de teorização, e, lembrando Buttel, uma área de núcleo teórico fortemente estabelecido e coerente.

3. Metodologia para a Análise Qualitativa

3.1. A seleção dos artigos

Como já explicitado, esta dissertação procura analisar qualitativamente artigos selecionados mediante um processo de catalogação. Para isso, foram escolhidos a partir do trabalho de Iniciação Científica, com o apoio da FAPESP (Projeto 07/58544-5), da pesquisadora Angela Mazzariol Santiciolli, sob orientação da Profa Dra Leila Ferreira da Costa, realizado ao longo de 2008, aqueles que possuíam relação com a temática ambiental e a questão sociológica presentes em 04 (quatro) das principais publicações de Ciências Sociais do Brasil:

- Revista Ambiente & Sociedade;
- Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS);
- Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB);
- Revista São Paulo em Perspectiva;

Concluída a delimitação das publicações, foi feita a seleção dos artigos relacionados com a questão ambiental e que seriam acrescentados ao Banco de Dados. Estes poderiam estar disponíveis na internet ou encontrados em bibliotecas. No fim dessa análise, surgiram os seguintes dados:

TABELA 01. QUANTIDADE DE ARTIGOS PARA O BANCO DE DADOS

Revista Ambiente & Sociedade	178 artigos
RBCS	67 artigos
BIB	80 artigos
Revista São Paulo em Perspectiva	20 artigos

(Fonte: o autor)

Finalizada a primeira triagem do material de pesquisa que consistiu na leitura dos resumos ou ainda da publicação na íntegra, o procedimento subsequente incidiu em classificá-los quantitativamente por até três palavras-chaves presentes no Banco de Dados. Elas serviriam como filtro para pesquisas dos interessados.

As palavras-chaves eram: Ambientalismo e Discurso Ecológico, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Meio Ambiente, Conflitos Sociais, Democracia, Economia Ambiental, Educação Ambiental, Estrutura Fundiária, Estudos de Representações Sociais, Estudos Teóricos/Conceituais, Extrativismo, Gestão de Áreas Protegidas, Globalização, Governabilidade, Interdisciplinaridade, Mudanças Ambientais Globais, Mundo do Trabalho, Participação Popular, Políticas e Projetos Ambientais, Políticas Públicas, Populações Tradicionais, Processos Migratórios, Projeto de Desenvolvimento Local/Regional, Qualidade de Vida e Risco, Recursos Hídricos, Recursos Naturais, Saúde Pública, Sustentabilidade, Temas Agrários/Agrícolas, Temas Amazônicos, Temas Urbanos, Tratados e Relações Internacionais e Turismo e Ecoturismo.

Após essa catalogação, classificou-se cada um dos periódicos a partir da quantidade de palavras-chaves que apresentavam. O objetivo desse processo é disponibilizar essa divisão por palavras-chaves, que podemos chamar de análise quantitativa, para pesquisas no Banco de Dados.¹⁵

¹⁵ O relatório final do trabalho de IC realizado por Angela Mazzariol Santiciolli pode ser conferido no anexo 02.

Nesta dissertação selecionamos alguns artigos para uma análise que chamaremos de qualitativa, pois os relacionaremos com as correntes teóricas já expostas (Cap. 02) e assim, visamos criar uma metodologia a ser aplicada na catalogação qualitativa dos demais artigos.

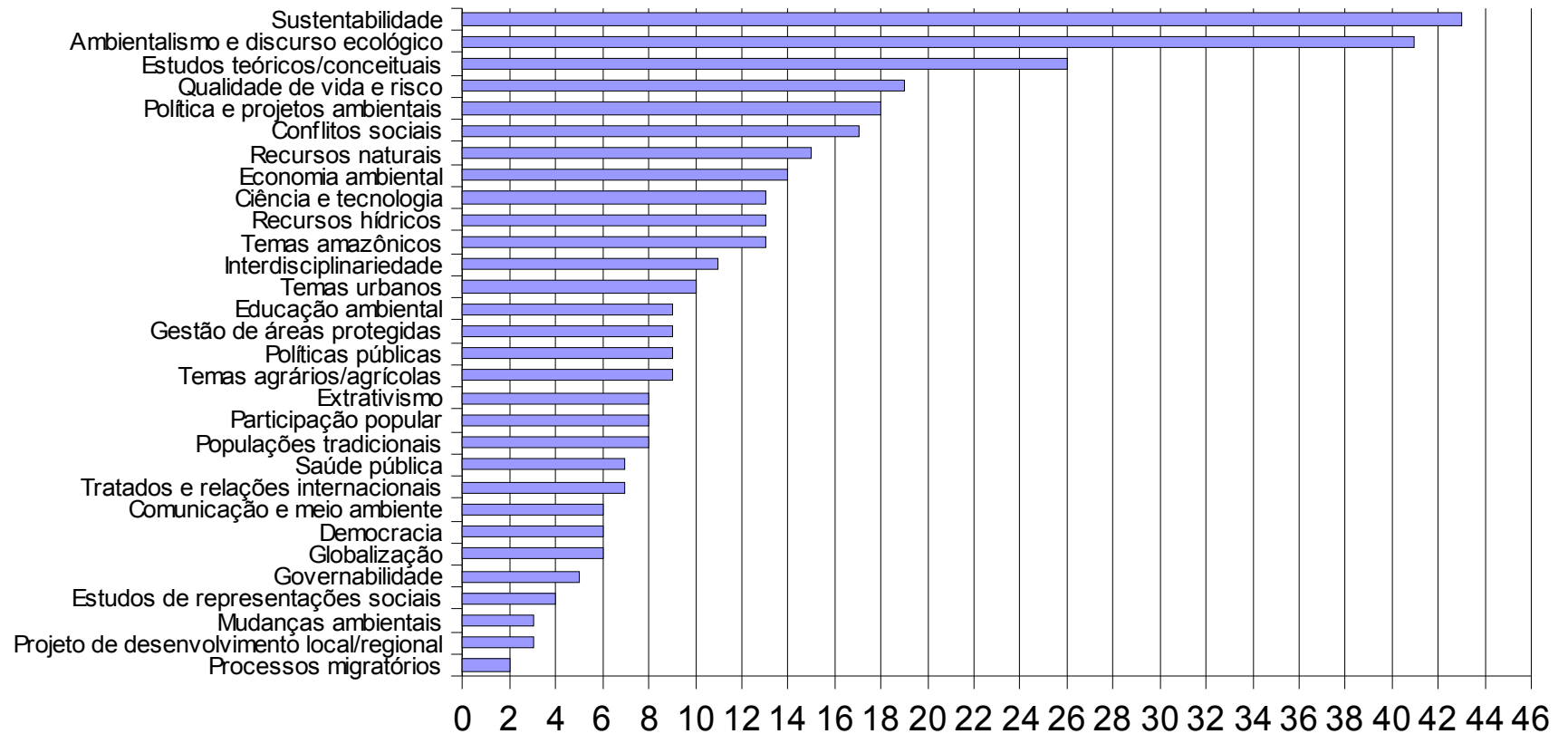
A intenção de selecionar os artigos para esta dissertação baseou-se em duas questões: primeiro, a ausência de tempo hábil para a análise de todos os artigos relacionados com Ambiente e Sociedade devido a sua grande quantidade (345 artigos) e segundo, a crença de que a análise de parte dos artigos será suficiente na criação de um método que poderá ser aplicado na análise das demais publicações, possibilitando a criação de pesquisas futuras, complementares ao Banco de Dados.

O critério para a seleção dos artigos desta dissertação foi basicamente sua relevância numérica. Inicialmente buscamos a publicação com o maior número de artigos relacionado na análise quantitativa, no caso foi a Revista “Ambiente & Sociedade”, que possui 178 artigos catalogados (51,5% dos artigos). Esta publicação surgiu da necessidade percebida por membros do Grupo de Trabalho de Ecologia e Sociedade da ANPOCS (Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) de criar instrumentos de divulgação científica com ênfase na interface entre Ambiente e Sociedade, surgindo então, em 1997 a primeira edição do periódico.

Hoje, de periodicidade semestral, a “Ambiente & Sociedade” é editada sob a orientação da ANPPAS (Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade) e se tornou o principal periódico na temática interdisciplinar sobre questões ambientais.

A relação entre os artigos deste periódico com a quantidade de incidência de cada uma das palavras-chaves foi a seguinte:

GRÁFICO 01. REVISTA AMBIENTE & SOCIEDADE



(Fonte: Santiciolli, 2008)

Finalizada a escolha do periódico, mediante o critério de relevância numérica, selecionamos os artigos a partir da palavra-chave de maior incidência, no caso, a que se revelou mais presente foi “sustentabilidade” (43 ocorrências). Aliás, convém ressaltar que, em nenhuma das publicações analisadas uma palavra-chave apareceu mais vezes que a escolhida para análise, o que certamente demonstra sua importância dentro das discussões da Sociologia Ambiental.

De posse dos artigos publicados pelo periódico “Ambiente & Sociedade” com a presença do termo “sustentabilidade” em suas palavras-chaves, selecionamos o grupo dos artigos que foram analisados nesta dissertação a partir do procedimento de “Análise de Conteúdo”.

3.2. A “Análise de Conteúdo”.

A metodologia utilizada nesta dissertação será a Análise de Conteúdo – compreendida como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a 'discursos' extremamente diversificados. (...) Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade.” (Bardin, 2008:11).

Historicamente, temos registro da utilização deste método em diferentes momentos. No século XVII, análises sobre os cânticos religiosos e seus efeitos sobre os luteranos foram realizadas na Suécia, com um esboço do que hoje chamaríamos Análise de Conteúdo; no final do XIX um religioso francês analisou o capítulo Êxodo da Bíblia, buscando compreender as emoções e a linguagem empregada no texto e ao longo do século XX,

pesquisadores como Berelson, Lazarsfeld e Lasswell, que estruturaram o método da Análise de Conteúdo, a utilizaram em inúmeros estudos desde análise de propagandas e mensagens voltadas ao público consumidor até na busca de símbolos de ideologias chamadas de “subversivas” (por exemplo o nazismo), dentro dos meios de comunicação de massa, como os jornais (CAMPOS, 2004)

A base da Análise de Conteúdo é a “**mensagem**”, que pode ser verbal (oral ou escrita), documental, gestual, simbólica. Em suas múltiplas possibilidades, esta nos remete a um significado, a partir do que a palavra, gesto ou símbolo expressam, e a um sentido, construído a partir das condições contextuais dos produtores da mensagem, partindo de uma noção crítica e dinâmica da linguagem, ou seja, embora uma única palavra possa conservar seu significado, seu sentido pode ser transformado ao longo do tempo, ou ser múltiplo dependendo dos diferentes agentes que o expressa. No presente trabalho, encontraremos nossa “mensagem” nos artigos sobre Ambiente e Sociedade, de onde faremos a interpretação do discurso dos mesmos, organizando-os nos grandes grupos temáticos de enfoques teóricos.

O estudo da mensagem pela Análise do Conteúdo parte sempre da noção de que esta revela uma grande quantidade de informações sobre o produtor da mesma, por acreditar que tudo que for expresso já foi, conscientemente ou não, selecionado por quem a produz. Dito de outra forma, a mensagem produzida por um autor vem por expressar sua “concepção teórica” de mundo, mesmo que este não perceba tal fato. A Análise de Conteúdo se orienta através desses dois pressupostos de que (1) existe uma mensagem a ser analisada e de que esta (2) expressa a concepção de realidade do autor, seja de forma manifesta e explícita, onde o autor posiciona-se diretamente sobre o foco do que é estudado ou podendo ser um

“conteúdo latente”, oculto atrás da mensagem e que, através do estudo, venha ser revelado.

Bardin (2008), numa comparação interessante, trabalha com a ideia de que o analista é um arqueólogo, que trabalha com “vestígios” da mensagem para revelar um todo nem sempre explícito, de acordo com seu objetivo ao debruçar-se sobre o conteúdo.

Estes pressupostos, a princípio meramente descritivos, nos levam para uma parte muito importante da Análise de Conteúdo: a **produção de inferências**. Esta fase representa a fase intermediária entre o início descritivo da mensagem e sua parte interpretativa no final. São as inferências sobre o texto que lhe dá valor científico, confere-lhe relevância teórica. Dessa forma, produzir inferências é quando, diante de todo *corpus* a ser analisado, o pesquisador, munido de suas hipóteses e referenciais teóricos, a partir da análise comparativa, confere sentido ao material a ser pesquisado. Esta etapa, mais trabalhosa, é fundamental para permitir a interpretação e a transformação dos dados em itens para a pesquisa, portanto, “produzir inferências é, pois, *la raison d'être* da análise” (Franco, 2008: 29). No caso da presente dissertação, a produção de inferência acontece após a leitura dos artigos, congregando-os nas suas correntes teóricas específicas, que será o referencial teórico que possibilitará a análise comparativa.

O método da Análise de Conteúdo também pode ser chamado de “Lógico-Semântico” e situa-se na fronteira entre as noções da Linguística, aproximando-se da Análise do Discurso, e da Hermenêutica, como representamos abaixo:

Quadro 1: Esquema Análise de Conteúdo

LINGUÍSTICA: Métodos Lógico Estéticos e Formais	MÉTODOS LÓGICO SEMÂNTICOS	HERMENÊUTICA: Métodos Semânticos e Semânticos Estruturais
---	------------------------------	---

(Adaptado de Franco: 2008)

No campo da Linguística tradicional, temos a análise dos aspectos formais do texto ou do autor, agregando estudos ligados à retórica ou ao sentido. Na análise da Hermenêutica, os estudos do campo semântico surgem, buscando significados contextualizados à mensagem, partindo das relações estabelecidas pelo discurso no contexto e no tempo histórico e como este é apreendido pelos agentes.

A Análise de Conteúdo se propõe “logico semântica” à medida em que busca uma classificação formal para os termos, uma análise lógica do conteúdo, seja ele manifesto ou latente, e realiza, na fase da inferência, uma análise semântica do mesmo.

Dito de outra forma, partindo da estrutura formal do texto e que permite sua classificação nas categorias de análise (lógica), busca-se a compreensão do sentido da mensagem, qualificando-o nas mesmas categorias, por inferência (semântico).

De posse do material, Bardin (2008) sugere a organização do método nos seguintes momentos. Inicialmente, lista a necessidade de uma pré-análise do material onde está a mensagem, sendo feita a: (a) *escolha dos documentos*, que no caso deste trabalho já foi feita na seleção dos periódicos e nas observações sobre as palavras-chaves e na (b) *leitura flutuante*, que seria o primeiro contato do pesquisador com os documentos selecionados. Esta leitura, a princípio despretensiosa, vai se tornando mais rigorosa a partir do momento em que se definem as *categorias de análise*.

A *categorização* seria a “operação de classificação de elementos constitutivos por um conjunto de diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com critérios previamente definidos” (Bardin op. cit: 145) e podem ser constituídas de duas formas:

a) categorias dadas *a priori*: onde os indicadores são definidos previamente à análise dos documentos em função de uma resposta específica do pesquisador, e;

b) categorias não definidas *a priori*: surgem a partir da análise dos documentos; são fruto do esforço do pesquisador em, pelo tratamento dos dados, formar as hipóteses e diferenciar o discurso em partes a serem analisadas.

Depois de constituídas, estas categorias precisam ter cinco características, segundo Bardin: a exclusão mútua, a homogeneidade, a pertinência, a objetividade/fidelidade e a produtividade.

Nesta dissertação, até este ponto, a parte da categorização se encontra concluída. Escolhemos a publicação *Ambiente & Sociedade*; na qual selecionamos os artigos que tratam do tema “sustentabilidade” relativos à interface entre Ambiente e Sociedade e de interesse da Sociologia Ambiental. Em seguida, iremos reagrupá-los em novas categorias, agora sob a ótica dos enfoques teóricos. Conforme exposto nos capítulos anteriores, temos as categorias previamente definidas e, depois disso, será feita a leitura dos artigos, análise e a organização em temas/enfoques comuns.

4. Apresentação da análise qualitativa dos artigos

Uma vez consideradas as bases teóricas desta Dissertação como elemento fundamental, iniciamos a leitura do material selecionado. O que a princípio parecia ser uma tarefa dispendiosa, mas ao mesmo tempo simplista, de aparente recorte e seleção de trechos dos artigos, entretanto se mostrou demasiadamente complexa.

Num primeiro momento, foi realizada a *leitura flutuante*, pois de modo imperativo ela foi fundamental para apreensão melhor do tema escrito em cada artigo pelo autor deste trabalho. Notamos que, quanto mais familiarizado com o assunto exposto, mais coerente era a escolha do trecho a ser retirado para exemplificar sua corrente teórica.

Em seguida, novas leituras eram realizadas, agora visando à classificação e à seleção do trecho a ser exposto neste trabalho. Notamos que se tornou um trabalho complexo na medida em que existia a intenção de extrair trechos representativos das correntes teóricas e do pensamento do autor do artigo, ou seja, não deveria ser uma referência a outro autor, mas sim, a exposição de suas concepções dentro do artigo e, ao mesmo tempo, ser um todo coeso para que, ao ler esta dissertação, exista uma compreensão consistente, não só da análise, mas também do tema trabalhado. Daí a exposição de períodos completos que objetivam demonstrar o tema trabalho e também oferecer subsídios para a apresentação da corrente teórica.

Diante disso, todos os textos foram cuidadosamente lidos mais de uma vez, o que originou uma nova necessidade, a saber, a de se criar subcategorias dentro das correntes teóricas para facilitar a exposição dos trechos selecionados.

Convém frisar que outra dificuldade encontrada ao longo deste processo foi a carência de bibliografias e trabalhos que utilizaram a Análise de Conteúdo na revisão de artigos e outros textos com a mesma intenção dentro da Sociologia.

Temos abaixo, a exposição dos artigos que foram selecionados e analisados:

Sustentabilidad Ambiental y Contradicciones Sociales	FOLADORI, Guillermo
Manifesto por la vida. Por una ética para la sustentabilidad	manifesto
Los límites del desarrollo sustentable	LESSA, Sérgio
Geopolítica da Biodiversidade	LAYRAGUES, Philippe Pomier
Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI	SACHS, Ignacy
A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local	FREY, Klaus
Sustentabilidade - uma visão humanista	RATTNER, Henrique
Um tentativa de caracterização da economia ecológica	CAVALCANTI, Clóvis
Ecología, economía y ética del Desarrollo Sostenible	EQUIZA, Ana María Fernández
O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação	LIMA, Gustavo da Costa
Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sostenible	INVERNIZZI, Noela
Tempo de sustentabilidade	LEFF, Enrique
Na busca de uma racionalidade ambiental	FOLADORI, Guillermo
Saber Ambiental	BOEIRA, Sérgio Luís
É correto pensar sustentabilidade em nível local? Uma análise metodológica de um estudo de caso em uma área de proteção ambiental no litoral sul do Brasil	RODRIGUES, Aníbal
Globalización Sostenible? Desarrollo sostenible como pegamento para el montón de cristales trizados del neoliberalismo	BRAND, Ulrich
Guia para o iniciante em sociologia do meio ambiente: definição, lista de jornais e bibliografia	MCREYNOLDS, Samuel A.
The categories of sustainability in local projects the equator prize at WSSD- Johannesburg- 2002	GUILHERME, Marcia Lucia
Crescimento sustentável? Não, obrigado	DALY, Herman E.
Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras	VIANA, Virgílio M.
Indicadores políticos-institucionais de sustentabilidade: criando e acomodando demandas públicas	FERREIRA, Leila da Costa
Verificando a viabilidade do PDS São Salvador no estado do Acre	GUERRA, Raissa M.

Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação	VAN BELLEN, Hans Michael
Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania	JACOBI, Pedro Roberto
Sustainable communities: the potential for eco-neighbourhoods	FREY, Klaus
La sostenibilidad del desarrollo entre Rio-92 y Johannesburgo 2002: éramos felices y no sabíamos	GUIMARÃES, Roberto P.
Desarrollo sustentable – industria: más controversias menos respuestas	MERCADO, Alexis
Por uma imaginação sociológica da ecologia: uma análise do pensamento de Anthony Giddens	LENZI, Cristiano Luis
Dilemas da Civilização Tecnológica	FERREIRA, Pedro Peixoto
Questão ambiental e educação: contribuição para o debate	LIMA, Gustavo da Costa
Modernização na era das incertezas: crise e desafio da teoria social	BRITO, Daniel Chaves de
Desengenharia. O passivo ambiental na desativação de empreendimentos industriais	FOLADORI, Guillermo
Parks in Peril: People, Politics and Protected Areas	SILVEIRA, Pedro Castelo Branco
A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil, Leila da Costa Ferreira, São Paulo, Boitempo Editorial, 1998	TAVOLARO, Sergio B. F.
Interdisciplinaridade: é hora de institucionalizar!	BURSZTYN, Marcel
Lagoa da Conceição - Meio ambiente e modos de vida em transformação	SCHERER-WARREN, Ilse
Demographic dynamics and environmental change in Brazil	HOGAN, Daniel Joseph
O gerenciamento integrado dos recursos hídricos como problema socioambiental	VARGAS, Marcelo Coutinho
As origens da crise energética brasileira	TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno
Modelo agrícola e desenvolvimento sustentável: a ocupação do Cerrado piauiense	AGUIAR, Teresinha de Jesus Alves de
Percepções sobre o consume de quelônios na Amazônia. Sustentabilidade e alternativa ao manejo atual	REBELO, George
A Modernização da Superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia	RIBEIRO, Tânia Guimarães
A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas	COSTA, Heloisa Soares de Moura

Depois da apresentação das bases que justificam a metodologia e a escolha da palavra-chave neste trabalho, teremos agora a exposição dos artigos a partir das correntes teóricas estudadas e posteriormente a análise teórica dos excertos de artigos selecionados para esta dissertação.

4. 1. Materialismo Durkeimiano

Forte relação do meio biofísico com os processos sociais

“No capítulo V o autor aplica a tipologia do pensamento ambientalista descrita no capítulo III para identificar as correntes teóricas que interpretam a sustentabilidade rural, e chega a quatro correntes principais. A primeira distingue-se das demais por entender que a sustentabilidade refere-se fundamentalmente às questões ecológicas. As outras três correntes crêem que é necessário considerar também as dimensões socioeconômicas, embora mantenham diferenças importantes entre si. A segunda posição considera o social em função do seu impacto ecológico. Nesse sentido, propõe atender as questões sociais enquanto ponte para se chegar à sustentabilidade biofísica. A terceira posição crê que a sustentabilidade social importa por si, e que para se chegar a ela é necessário e possível corrigir o sistema capitalista de tal maneira que as desigualdades sociais sejam resolvidas. Por último, a quarta posição também valoriza a sustentabilidade social por si, mas crê que o sistema capitalista é regido por leis que inexoravelmente conduzem à insustentabilidade.” (Invernizzi, 2001:2)

“a) Na interrelação entre aspectos ecológicos e sociais, o social determina o ecológico. Dito de outra forma, a sustentabilidade ecológica é uma variável dependente da sustentabilidade social; b) As condições naturais impõem restrições mais ou menos importantes à viabilidade econômica e à sustentabilidade social; e c) A questão da sustentabilidade social não pode, nem deve, ser analisada desconsiderando os níveis dos subsistemas dentro do sistema maior. (Rodrigues, 2003:110)

“hoje em dia a essência da sociologia do meio ambiente tem sido de recuperar e revelar a materialidade da estrutura e vida social, e o faz de maneira a produzir entendimentos relevantes de modo a resolver problemas ambientais. Esta definição reconhece ao mesmo tempo a centralização da verdadeira natureza física do meio ambiente e o papel representado pelas construções sociais da natureza.” (McReynolds, 1999:181)

“Qualquer ação que pretenda ter coerência com o ideário da sustentabilidade deve estar baseada no saber das populações tradicionais (...) O envolvimento sustentável deve buscar reverter o distanciamento do homem em relação à natureza. Ao se envolver as sociedades com os ecossistemas locais, são fortalecidos os vínculos econômicos, sociais, espirituais, culturais e ecológicos. Criam-se condições favoráveis para uma lógica diferente daquela que hoje predomina e que tem produzido o aumento da miséria e da degradação ambiental.” (Viana, 1999:241, 243)

“Surge daí a necessidade de se repensar o atual modelo de assentamento, e trabalhar para se atingir uma nova concepção, os assentamentos sustentáveis. A sua aplicação e replicação bem

sucedidas poderiam revolucionar o processo de ocupação da região. Para se atingir um desenvolvimento sustentável nos assentamentos de reforma agrária é necessário considerar os seus aspectos sociais, econômicos e ambientais. É preciso que o conjunto das ações dos órgãos envolvidos estabeleça um programa de políticas públicas que impeça o agravamento dos problemas sociais e ambientais e satisfaça os pré-requisitos econômicos aos quais a reforma agrária procura responder.” (Guerra, 2004:158)

“O final do século XX presenciou o crescimento da consciência da sociedade em relação à degradação do meio ambiente decorrente do processo de desenvolvimento. O aprofundamento da crise ambiental, juntamente com a reflexão sistemática sobre a influência da sociedade neste processo, conduziu a um novo conceito - o de desenvolvimento sustentável. Este conceito alcançou um destaque inusitado a partir da década de 1990, tornando-se um dos termos mais utilizados para se definir um novo modelo de desenvolvimento.” (Van Bellen, 2004:67)

O que se percebe nitidamente ao final da leitura deste livro é que existem duas linhas de investigação muito distintas no estudo de nossa “civilização tecnológica”: uma voltada para o *ser* (como pode o “ser humano” lidar com os “dilemas” contemporâneos) e outra para o *devir* (como é que estes dilemas estão efetivamente produzindo um póshumano). A escolha de cada uma delas dependerá das questões que se deseja colocar à nossa “civilização tecnológica”. (Ferreira, 2004:205-206, grifos do autor)

“In terms of population distribution, two remarkable features must be recognized. In the first

place, there is no more frontier. In the million years of man's existence, he has never before confronted a world completely settled and completely owned. Migration research is no longer a question of analyzing determinants and consequences of population movements. Sustainability considerations require us to identify those areas capable of absorbing more population and those which are not. All of society's values cannot be realized in all spaces. Careful fine-tuning will be necessary to maintain a balance between meeting today's needs and the preservation required to meet those of tomorrow.

In the second place, even in long-settled areas, it will be necessary to reconsider settlement patterns and processes to recuperate and manage vital natural resources. The issue of water resources is paradigmatic. Long thought to be a renewable resource, we have come to realize that, while this may be true on a geological time scale, water must be carefully managed to assure continuous supply. Management implies attention to balancing population distribution according to distribution of water. The new political awareness in terms of water resources means that the old engineering solutions to transporting water from one region to another meet increasing resistance. We cannot *engineer* our way out of the limits water represents to the ways we occupy the earth's surface. We have fewer degrees of freedom today than in the past and this raises important issues for sustainability.” (Hogan, 2001:12)

“Quem se preocupa de fato com perdas e ganhos neste negócio são os chamados regatões, pequenos e médios comerciantes que são considerados vilões nas cidades e benfeitores entre as populações rurais. Os consumidores urbanos condenam o tráfico, mas aceitam preços extorsivos para satisfazer seus gostos e tradições que, por sua vez, são subestimados pelas leis e autoridades.

A população rural, com pouca instrução e pouco acesso à informação, depende dos comerciantes para sobreviver, pois os mesmos comerciantes que compram quelônios também compram e vendem tudo o que eles precisam. Nas cidades, a opinião pública focaliza sua preocupação na ilegalidade, talvez induzida pela mídia, pelas autoridades, ou pela interpretação dos regulamentos, que tendem a criar a figura do "contrabandista de bichos de casco", que não existe isoladamente. Em alguns locais, a venda é tão aberta que parece legal, é uma situação anômala. No médio Jaú e em Novo Airão, pessoas entrevistadas negaram a existência de comerciantes de quelônios, mas como explicar isso se todos tem contato direto com eles? É como se a sua existência precisasse ser escondida, ignorando o mundo de "fora". (Rebelo, 2000:98-99)

“Tal modelo tem como referência pelo menos duas tendências contemporâneas, que poderíamos chamar de .globalização das agendas. Ambientais e urbanas: de um lado, a incorporação de padrões genéricos de sustentabilidade urbana e de qualidade de vida, medidos por índices internacionais e nacionais, associados a uma certa .eficiência ecológica. das cidades. De outro lado, e não dissociado da primeira tendência, situam-se as alternativas de gestão ligadas ao planejamento estratégico e ao marketing das cidades, que vem sendo caracterizado por um certo .pensamento único. ou, conforme sugere o texto, por um ambiente único: o dos negócios.” (Costa, 2001:1)

Crítica a noção do homem/social dissociada do âmbito ambiental

“La debilidad radica en considerar a la sociedad humana enfrentada como un bloque, y medida

como una unidad, en relación con el ambiente externo. La sociedad humana es vista en su relación genérica, y por lo tanto a histórica, con el medio ambiente. Se pierde de vista, con ello, la especificidad histórica que proviene de la forma de organización económica y sus relaciones sociales. (...) las mediciones de sustentabilidad que sirven para implementar posteriores políticas, (...) se restringen a medir en precios o en especie, los stocks y flujos de materiales y seres vivos con vistas a evaluar su tendencia” (Foladori, 1999:27, 33)

“essa fase de óbvia degradação ecológica provocada pela vida moderna e pelo desenvolvimento, sucedeu-se uma preocupação com fenômenos ambientais transfronteiriços e menos visíveis, ou até invisíveis, como o buraco na camada de ozônio, a mudança climática provocada pela emissão de gases-estufa (...) O problema é que as prioridades econômicas atropelam invariavelmente considerações de ordem ecológica (Cavalcanti, 2004:151, 153)

“Define el concepto de Naturaleza como creación social del ser humano y, como tal, en relación dialéctica con los paradigmas de desarrollo. La ideología del progreso, concibe a la Naturaleza como lo que está afuera del ser humano, debe ser fragmentada y convertida en recurso de utilidad. Constituye una forma de mirar y legitimar que permite, a su vez, sólo ciertos estilos de desarrollo. El reconocimiento de esta relación dialéctica, abre posibilidades para visiones críticas, más extendidas con respecto al desarrollo que a la Naturaleza y que, justamente por ello, requiere la elaboración de una teoría más amplia sobre la sustentabilidad.” (Equiza, 2003:184)

“Não obstante, poderíamos dizer que o livro tem um fio condutor e uma preocupação central: a

busca de uma “racionalidade ambiental”. O que é isso? Leff parte do pressuposto de que as sociedades “modernas”, tanto capitalista quanto socialista, seriam produtivistas e antiecológicas. Tratar-se-iam de sociedades nas quais a natureza não é considerada dentro da racionalidade econômica e, portanto, seriam insustentáveis.” (Foladori, 2000:170-171)

“Em suas dimensões físicas, a economia é um subsistema aberto do ecossistema terrestre, o qual é finito, não-crescente e materialmente fechado. À medida que o subsistema econômico cresce, ele incorpora uma proporção cada vez maior do ecossistema total e deve alcançar um limite a 100%, se não antes. Por isso, seu crescimento não é sustentável. O termo **crescimento sustentável** quando aplicado à economia é um mau oxímoro – contraditório como prosa e não evocativo como poesia.” (Daly, 2004:197 grifos do autor)

“Isso não significa que devemos fechar nossos olhos para as implicações mútuas existentes entre sociedade e natureza. Caso contrário, não faria sentido falarmos de uma relação entre uma coisa e outra se elas fossem marcadas apenas pela semelhança. A contribuição da teoria da estruturação reside justamente neste ponto. Seu ponto de partida hermenêutico nos chama a atenção para as capacidades cognitivas e práticas únicas dos seres humanos. A condição dos seres humanos como “agentes portadores de saber” é ainda um ponto importante de análise na relação que as sociedades humanas sustentam com o seu ambiente.” (Lenzi, 2006:120-121)

“A aproximação da Universidade com os elementos contidos no tema “desenvolvimento sustentável” não é tão recente como a consagração do conceito, que é da segunda metade da

década de 1980 (...) a sintonia da Universidade com temas associados ao meio ambiente e à qualidade de vida das futuras gerações só tem crescido. Entretanto, a relação do meio acadêmico institucionalizado com esse tipo de tema é muito difícil. A organização departamentalizada valoriza as especialidades e é avessa a visões interdisciplinares. Toda a estrutura de fomento, avaliação, reconhecimento e validação de mérito está orientada para os cortes das “áreas do conhecimento” e suas respectivas “disciplinas”. E, por outro lado, também os pesquisadores foram se organizando em torno de associações corporativas disciplinares.” (Bursztyn, 1999:229)

4. 2. Materialismo Marxista

Estado (ótica marxista) cria estímulos à acumulação gerando muitas “retiradas” e “acréscimos”

“Assim, a origem da crise energética é de falta de investimentos em geração e em transmissão. Mas, porquê os investimentos não foram realizados? Será que o Estado não tinha condições de investir?

“Pois é bom deixar claro que as empresas estatais tinham condições de investir. Contudo, a área econômica do governo não permitiu que elas realizassem os investimentos necessários. Os investimentos das empresas estatais são contabilizados como despesa do governo nas contas públicas. Assim, mesmo sendo estes investimentos rentáveis, eles não são autorizados tendo em vista a meta de reduzir o déficit público.” (Tolmasquimo, 1999:181)

“O resultado deste processo levou o autor a entender que a modernização se edificou como um elemento paradoxal, na medida em que, quanto ao aspecto econômico, não foi capaz de integrar todos os fatores-chave de uma sociedade ajustada pelo modelo fordista. Já no âmbito da estrutura político-administrativa, a eficiência da organização burocrático-racional ficou limitada a alguns núcleos dentro da estrutura do Estado, enquanto que no restante prevalece a relação clientelista. A partir desta constatação, o autor passa a tratar da especificidade deste processo de modernização na Amazônia, que se integra na discussão sobre o problema do desenvolvimento de regiões que permanecem à margem do esforço de modernização. (Ribeiro, 2002:1-2)

Relação do capitalismo e sua lógica de acumulação com a teoria ambiental e os impactos

“o que conseguiriam realizar seria aperfeiçoar o mecanismo de classe, já em vigor, que faz das políticas ambientais uma mediação para a manutenção de uma relação dos homens com a natureza na qual apenas as condições de reprodução da classe dominante ficam asseguradas.” (Lessa, 2000:168)

“A biotecnologia na verdade parece ser um modo sofisticado de submeter a biodiversidade às leis do mercado, se nutrindo, como um parasita, da repulsa pela natureza e não por uma aspiração a um reencontro harmonioso.” (Layrarques, 1999:216)

“Tudo indica que a idéia do desenvolvimento não perderá a sua centralidade nas ciências sociais do século que se inicia. Mais do que nunca precisamos enfrentar as abismais

desigualdades sociais entre nações e dentro das nações e fazê-lo de maneira a não comprometer o futuro da humanidade por mudanças climáticas irreversíveis e deletérias.” (Sachs, 2004:215)

“ As críticas à crença no progresso ilimitado, na superioridade dos padrões de geração de conhecimento da ciência ocidental, na força do sistema capitalista, revolucionando constantemente os meios de produção., aumentando a riqueza, contribuindo para o avanço tecnológico, trazendo bem-estar e felicidade para todos, formuladas por Horkheimer e Adorno (1996 [1944]) com grande perspicácia no contexto histórico do terror nacionalsocialista, receberam novos estímulos com a eclosão da crise ecológica global.(...) Friedmann estabelece uma relação direta entre o maldesenvolvimento, os problemas ecológicos e a pobreza, alegando ainda que é a imitação do estilo de desenvolvimento dos países industrializados por parte e a favor dos ricos nos países pobres que desloca os custos ambientais e sociais reais para os setores impotentes da população, do mesmo modo como os países ricos descarregam os custos ecológicos de seu sobre-desenvolvimento, ecologicamente insustentável, nos países mais pobres e menos influentes” (Frey, 2001:1, 16)

“Nos textos de Leff, o confronto entre duas racionalidades, a econômica ou tecnológica, por um lado, e a ambiental, por outro, assumem uma espécie de poder cognitivo condicionante da dinâmica global, com repercussões nas instâncias nacionais e infranacionais. A primeira caracteriza-se por sua capacidade de destruição, de entropia, de degradação dos ecossistemas e da maioria da população (...) as contradições entre racionalidade ecológica e a racionalidade capitalista se dão por meio de um confronto de diferentes valores e potenciais” (Boeira, 2002: 02)

“Durante los años 90, las instituciones oficiales para el desarrollo sostenible (sobre todo la Convención sobre el Clima y la Convención sobre la Biodiversidad) han vivido un proceso de transformación en sí mismas. Como consecuencia de que los actores políticos y sociales dominantes pudieron hacer prevalecer más sus propios intereses, el concepto rector del desarrollo sostenible se concretó principalmente en la mercantilización de la naturaleza” (Brand, 2003:47)

“os estudos de casos analisados no Brasil indicam que são importantes as redes que integram diferentes atores e/ou incorporam em suas plataformas de luta a questão socioambiental e tentam influenciar a implementação de políticas públicas. Essas parcerias expressam um avanço na compreensão da problemática urbana, no sentido de superar a visão que atribui estatuto diferenciado para a questão da pobreza e da deterioração ambiental –quando ambos, na verdade, originam-se de um estilo de desenvolvimento que gera desigualdades sociais e desequilíbrio ambiental.” (Ferreira, 2000:27)

“Sin embargo, dichos acontecimientos se daban en un marco de agudas controversias en el campo económico. La vertiginosa globalización de la economía, caracterizada por una exacerbada desregulación del comercio, se traducían en acelerados procesos de apertura que imponían como nunca la necesidad de ser más competitivo (...) La necesidad de sobrevivir determinaba que lo “superfluo” debía eliminarse de la estructura de costos y, como muestran algunos estudios, en circunstancias de dificultad económica las actividades de investigación y desarrollo (I+D) y gestión ambiental tienden a considerarse superfluas y son las primeras en registrar cortes en el

presupuesto de las empresas (...) A pesar de los esfuerzos de múltiples actores internacionales para impulsar la mejora del ambiente y la calidad de vida del planeta, cuyo epítome fue la Cumbre de la Tierra en 1992, se confronta en la actualidad una situación de mayor degradación social y ambiental. Las razones económicas son, en gran medida, responsables de tal situación. La competitividad, entendida en una perspectiva fundamentalmente de lucro, constituye una inmensa barrera a la sustentabilidad.” (Mercado, 200:2, 3, 20)

“A questão ambiental, neste sentido, define, justamente, o conjunto de contradições resultantes das interações internas ao sistema social e deste com o meio envolvente. São situações marcadas pelo conflito, esgotamento e destrutividade que se expressam nos limites materiais ao crescimento econômico exponencial; na expansão urbana e demográfica; na tendência ao esgotamento de recursos naturais e energéticos não-renováveis; no crescimento acentuado das desigualdades sócio-econômicas intra e internacionais, que alimentam e tornam crônicos os processos de exclusão social; no avanço do desemprego estrutural; na perda da biodiversidade e na contaminação crescente dos ecossistemas terrestres, entre outros. São todas realidades que comprometem a qualidade da vida humana em particular e ameaçam a continuidade da vida global do planeta. De fato, a questão ambiental revela o retrato de uma crise pluridimensional que aponta para a exaustão de um determinado modelo de sociedade que produz, desproporcionalmente, mais problemas que soluções e em que as soluções propostas, por sua parcialidade, limitação, interesse ou má fé, acabam por se constituir em novas fontes de problemas” (Lima, 1999:135)

“um caminho de discussão do desenvolvimento inclui rever, ou descartar, a crença no mito do desenvolvimento amparado nas dimensões ilimitadas do crescimento, asseguradas nas atividades econômicas que acabaram por gerar riscos individuais e globais em nome de um progresso que prometia generalizar-se a toda humanidade através do avanço da ciência e da técnica, mas que não se realizou dessa forma. Como já alertava Furtado há mais de duas décadas: "O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova cabal de que o desenvolvimento econômico -a idéia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos*- é simplesmente irrealizável" (FURTADO, 1996: 88). O que vemos é uma sociedade que, pautada no princípio da escassez, transforma, se em uma sociedade progressivamente saturada, diante de incongruências e efeitos não visados, produzindo e distribuindo de forma desigual, riscos sociais e ambientais. Certamente, isso demonstra o esgotamento do estilo atual de desenvolvimento, não só do fator econômico e ambiental, mas também daquele referente à justiça social” (Brito, 2003:160-161)

“O que os autores analisam, mas não dão o devido valor, é que grande parte dos conflitos se deram pela forma como os parques foram implantados, alienígenas em um contexto nacionais mais amplos e agravadores das situações de miséria e exploração dos países centro e sul-americanos, situações muitas vezes postas pelo mesmo processo de desenvolvimento que destrói ecossistemas nativos. Grande parte da gênese dos conflitos em curso está, portanto, na forma

como o zoneamento de áreas de *desenvolvimento* e de *conservação* foi realizado. Apesar da análise de múltipla escala, os projetos de desenvolvimento e a ação de populações indígenas são medidos com o mesmo parâmetro: o de ameaça à (verdadeira) biodiversidade. As populações humanas do entorno e interior do parque são vistas como grupos culturais frágeis perante a força do mercado, e incapazes de ter voz e conceitos próprios sobre sua situação. Os únicos parceiros possíveis são os preservacionistas locais. As áreas de *desenvolvimento* são áreas perdidas para a conservação, e se nelas haverá projetos de sustentabilidade não é um interesse da ciência da conservação, a não ser que estejam no entorno de unidades de conservação.” (Silveira, 2001:05)

“Nas bacias mais urbanizadas, especialmente nos países em desenvolvimento, o uso urbano costuma ser o principal responsável pela poluição orgânica dos rios, devido ao lançamento constante de efluentes sanitários de residências e empresas praticamente sem tratamento . Dadas as exigências cada vez maiores de licenciamento e fiscalização ambiental sobre as indústrias o tratamento prévio dos efluentes industriais lançados nos rios tem atingido índices normalmente mais elevados. É o que ocorre, como veremos, nas bacias dos rios Piracicaba e Capivari. Entretanto, a poluição inorgânica derivada dos novos micropoluentes lançados a cada ano pelas indústrias, cujos efeitos sobre a saúde humana ainda são amplamente desconhecidos, tem aumentado em ritmo muito superior ao do desenvolvimento das técnicas de tratamento. Enfim, o uso inadequado de adubos químicos e agrotóxicos na agricultura irrigada também contribui para a poluição dos lençóis freáticos por nitratos, bem como para a contaminação dos rios por metais pesados, através do escoamento pluvial. (...) Por um lado, a disponibilidade de mananciais com quantidade e qualidade de água suficientemente adequadas para suprir as grandes cidades foi se

tornando cada vez menor, envolvendo custos cada vez mais elevados por causa da distância e/ou dos tratamentos sofisticados envolvidos (em função da má qualidade da água bruta ou de normas de potabilidade mais exigentes). Por outro, o desenvolvimento econômico induziu ao crescimento da demanda de água para outras finalidades (energia, irrigação, produção industrial, etc.), provocando aumento da competição e dos conflitos em torno da apropriação e do uso de mananciais.” (Vargas, 1999:112, 126)

“Os grandes empreendimentos monocultores, absorvem um número bastante reduzido de mão-de-obra, pois, nas vastas extensões de terras, a quase totalidade dos serviços é realizada por máquinas agrícolas. Ademais, os empregos gerados, geralmente, são temporários, oferecidos quando da abertura de novas áreas e são ocupados por diaristas da região com baixo nível escolar. A maioria desses trabalhadores não é sindicalizado e não possui (sic) terra.

Constata-se ainda que a metade dos empreendimentos pesquisados não se preocupou com a elaboração dos EIA/RIMAS, e a maioria passa a operacionalizar com licenças prévias, sem interesse em adquirir as outras licenças ambientais, principalmente se os recursos são próprios. Essa situação se repete em relação as autorizações para desmatamentos, pois vários empreendimentos foram autuados por não as solicitarem. Assim, o processo de uso e ocupação do Cerrado de Uruçuí está ocorrendo de forma desordenada e acelerada, sem a devida preocupação com o cumprimento da legislação ambiental, que é um instrumento normativo para a garantia do desenvolvimento com responsabilidade ambiental” (Aguiar, 2005:16-17)

4.3 Pós materialista

Valores não materiais – estímulo a conceitos como “qualidade de vida” e “consumo consciente”

Nenhum artigo que se encaixe nessa abordagem teórica foi encontrado.

4.4 Construtivista

Construção social do impacto ambiental

“O conceito de sustentabilidade transcende o exercício analítico de explicar a realidade e exige o teste de coerência lógica em aplicações práticas, onde o discurso é transformado em realidade objetiva. Os atores sociais e suas ações adquirem legitimidade política e autoridade para comandar comportamentos sociais e políticas de desenvolvimento por meio de prática concreta. A discussão teórica, portanto, revela uma luta disfarçada pelo poder entre diferentes atores sociais, competindo por uma posição hegemônica, para ditar diretrizes e endossar representações simbólicas de sustentabilidade, seja em termos de biodiversidade, sobrevivência do planeta ou de comunidades autosuficientes e autônomas (...) Assim, a força e a legitimidade das alternativas de desenvolvimento sustentável dependerão da racionalidade dos argumentos e opções apresentadas pelos atores sociais que competem nas áreas política e ideológica. Cada teoria, doutrina ou paradigma sobre sustentabilidade terá diferentes implicações para a implementação e o

planejamento da ação social. (Rattner, 1999:233-234)

“Embora a sustentabilidade presuma, como campo, um substrato comum identificado com a idéia de um “futuro viável” para as relações entre a sociedade e a natureza, esta base comum é muito vaga e permite leituras diversas sobre o que significa um futuro viável e sobre quais os melhores meios de alcançá-lo. (...) Assim, à medida que o debate da sustentabilidade vai se tornando mais complexo e é difundido socialmente, ele vai sendo apropriado por diferentes forças sociais que passam a lhe imprimir o significado que melhor expressa seus valores e interesses particulares” (Lima, 2003:107)

“Se a diversidade de habitantes na Lagoa não isenta o lugar de conflitos e de distintas representações de seu mundo, por outro lado, estes se encontram em um ponto de suas representações: a forma como hierarquizam a questão ambiental. Esta ocupa uma posição privilegiada no imaginário, nas preocupações, nas práticas dos movimentos associativistas, de ambos os grupos.

“Em tempos de degradação da natureza, de desperdício de recursos naturais, da má destinação de resíduos, é salutar perceber e entender a dinâmica de comunidades locais não homogêneas culturalmente, mas que se destacam por sua preocupação ambiental em relação aos recursos naturais e a qualidade de vida. Através da análise dos encontros e desencontros, das diversidades e das semelhanças, dos conflitos e das coesões valorativas, Ariane foi enriquecendo nosso entendimento sobre o "lugar" Lagoa, enquanto espaço fruto de uma dialeticidade entre natureza, cultura e construção social da realidade.” (Scherer-Warren, 2003:220)

4.5 Sociedade de Risco

Democratização dos impactos ambientais

“O tema que trata é o dos passivos ambientais na desativação de empreendimentos industriais. Durante dois séculos de industrialização, empresários investiram seu capital em determinadas atividades, para as quais eram construídos prédios ou infraestrutura de diverso tipo. Depois de amortizado o investimento, esta infraestrutura era abandonada e o solo e meio ambiente muitas vezes ficava degradado e contaminado, criando problemas para os futuros investidores ou moradores dessa área. No final do século XX o conceito de *ciclo de vida* dos produtos começa a ser incorporado nas legislações ambientais e nas práticas de determinadas indústrias. Isso significa que ao se desenhar um produto, ou planejar um empreendimento, deve-se considerar não somente sua vida útil, mas também o que se fazer com o .cadáver. e a infraestrutura e o entorno que permitiram sua produção.” (Foladori, 2002:01)

Poder da esfera política na solução dos conflitos (sociedade civil / Estado): “modernização reflexiva”

“La crisis ambiental ha estado acompañada por la emergencia de la complejidad frente a la instrumentalidad del conocimiento y el fraccionamiento de lo real. La degradación ecológica introyecta la flecha del tiempo como un camino inexorable hacia la muerte entrópica del planeta, develando el carácter antinatura de la racionalidad económica; revela las estrategias fatales de ese

espectáculo sin límites que manifiesta su carácter autodestructivo e incontrolable por su ineluctable inercia hacia la catástrofe. Pero también anuncia la posibilidad de construir otra racionalidad social, fundada en la autoorganización de la materia, en la productividad de la naturaleza y la creatividad de los pueblos. (...) Una nueva ética, basada en el reconocimiento y respeto a la otredad, la diversidad y la diferencia, está generando una política de diálogo y consenso, de convivencia y solidaridad.” (Leff, 2000:7-8)

“The physical-environmental sustainability reflects the social efforts to achieve this model. For that, the social actors, regardless their class or ideology, become involved and, looking for results and solutions, create associations, modernize local public agencies, increase assessments and reach isolated social sectors. And considering all the criteria and limits of the laws and the institutional standardization, they create a physical network, incipient but quantified, to measure the experiences of sustainability” (Guilherme, 2004:181)

“o tema do consumo sustentável introduz principalmente a politização dos problemas e a compreensão das interdependências entre as escalas micro de inserção dos indivíduos e a escala de problemas gerados no contexto global. Ao se enfatizar o conceito de consumo sustentável, segmentos mais conscientes dos desequilíbrios em curso destacam a insustentabilidade crescente dos padrões de produção e consumo da economia mundial, destacando as diferenças entre países ricos e pobres, com suas relações interdependentes de comércio global. Deve-se ainda enfatizar o que diversos estudos de organizações ambientalistas recorrentemente apresentam como sendo padrões de consumo insustentáveis por excelência, injustos socialmente e predatórios ao meio

ambiente. A pegada ecológica – pressão exercida pelos consumidores médios nos ecossistemas naturais dos países mais industrializados – é quatro vezes maior que o dos países de menor renda. A insustentabilidade dos diversos processos produtivos tem gerado um conjunto de ações que seguem, basicamente, as diretrizes da Agenda 21, reforçando diretrizes que buscam reduzir os impactos de processos que têm contribuído para o processo de depleção e perda dos recursos naturais não renováveis do planeta.” (Jacobi, 2006:185)

“importância da criação e consolidação de uma rede de instituições que deve garantir a consistência dos processos de decisão e de gestão das áreas locais, de maneira que a comunidade possa ser governada com base em princípios e práticas que tragam benefícios duráveis. Em cada país, as condicionantes externas, bem como as relações gerais entre Estado e sociedade civil e as relações mais peculiares entre o Estado nacional, as províncias, as autoridades locais e as comunidades, divergem substancialmente e influenciam as possibilidades de criação de comunidades locais autônomas e, com isso, a viabilidade de ‘eco-povoados’” (Frey, 2000:165)

“Es importante destacar que el surgimiento de nuevos actores no significa necesariamente la superación o la disminución del papel del Estado. (...) De hecho, el papel del Estado es *único*, porque trasciende la lógica del mercado mediante la salvaguardia de valores y prácticas de justicia social y de equidad, e incorpora la defensa de los llamados derechos difusos de la ciudadanía; *necesario*, porque la propia lógica de la acumulación capitalista requiere de la oferta de bienes comunes. que no pueden ser producidos por actores competitivos en el mercado; e *indispensable*, porque se dirige a las generaciones futuras y trata de aspectos y procesos caracterizados por ser

no-sustituibles. (Guimarães, 2001:02)

“Desde logo, é preciso dizer que a resposta de Ferreira a essas perguntas é negativa: como ela mesma prefere reforçar, “parece que somente a possibilidade de ação de diferentes atores sociais não solucionaria a questão” (p. 66). O Estado deve permanecer sendo um elemento central para que seja possível a institucionalização das questões ambientais e para que formulação, implementação e gerenciamento de políticas de sustentabilidade ocorram com sucesso. Para isso é preciso que, em primeiro lugar, afastemos a idéia de que o Estado é um corpo monolítico, dotado de uma homogeneidade inflexível. Ora, na verdade, conforme defende a autora, as políticas públicas, enquanto expressão do Estado em ação, são, dentre outras coisas, o resultado da interação entre os atores coletivos e individuais, que se relacionam de maneira estratégica a fim de fazerem valer e articular seus diferentes projetos” (Tavolaro, 1999:218)

4.6. Modernização Ecológica

Tecnologias do industrialismo para reduzir os impactos e a escassez (“tecnologias verdes”)

Nenhum artigo que se encaixe nessa abordagem teórica foi encontrado.

4.7. Híbridos

“El modelo civilizatorio dominante degrada el ambiente, subvalora la diversidad cultural y desconoce al Otro (al indígena, al pobre, a la mujer, al negro, al Sur) mientras privilegia un modo de producción y un estilo de vida insustentables que se han vuelto hegemónicos en el proceso de globalización.” (Materialismo Durkheimiano) p. 01

“La ética de la sustentabilidad es la ética de la vida para la vida. Es una ética para el reencantamiento y la reerotización del mundo, donde el deseo de vida reafirme el poder de la imaginación, la creatividad y la capacidad del ser humano para transgredir irracionalidades represivas, para indagar por lo desconocido, para pensar lo impensado, para construir el porvenir de una sociedad convivencial y sustentable” (Pós Materialista) p.03

Numericamente, a relação entre a quantidade de artigos e as respectivas correntes pode ser analisada abaixo:

CORRENTES TEÓRICAS	Números Relativos (%)	Números Totais
MATERIALISMO DURKEIMIANO	39,5	17
MATERIALISMO MARXISTA	34,8	15
PÓS-MATERIALISTA	0	0
CONSTRUTIVISTAS	6,97	3
SOCIEDADE DE RISCO	16,27	7
MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA	0	0
HÍBRIDOS	2,32	1

5. Análise Qualitativa

Pensar a questão ambiental orientado pelos parâmetros das ciências humanas apresenta-se como um grande desafio. Os chamados “clássicos” tangenciaram esse assunto e, portanto, não tinham a temática do meio biofísico como centro de suas análises, fruto do contexto histórico em que publicaram seus textos. A partir disso, a própria palavra-chave escolhida para a análise desta dissertação (sustentabilidade) serve como um bom exemplo de como muitas teorias precisam ser repensadas para lidar com a questão ambiental.

A questão da sustentabilidade (Nobre, 2002) vem de encontro com um tema que sempre foi muito caro aos estudos “clássicos” nas ciências humanas, que é a crença no desenvolvimento e progresso, desconsiderando as bases materiais para tais feitos.

Talvez por isso, por apresentar uma nova proposta diante das tradicionais e criticar a forma como os modelos de desenvolvimento veem sendo considerados que a maior quantidade de artigos analisados mostrasse uma tendência para o Materialismo Durkeimiano.

Nesta corrente teórica, pioneira na temática ambiental, como já explicamos, propõe-se uma mudança na base teórica dos estudos ambientais relacionados às humanidades. A base material das ações dos grupos sociais precisaria ser considerada para qualquer exposição, uma vez que o meio biofísico reage contra ou favoravelmente às ações dos atores, mesmo que eles não o considere fundamental ou não notem essa interface das suas ações com o meio.

Logo, tivemos a necessidade de dividir as categorias em duas partes. Na primeira, que denominamos “*forte relação do meio biofísico com os processos sociais*”, temos a explanação de

artigos que relacionam as ações dos agentes com o meio material (materialismo). Alguns autores são enfáticos em afirmar a relação intrínseca entre o ambiental e o social numa clara menção a uma mudança de paradigmas, valorizando o Novo Paradigma Ecológico (NEP), como McReynolds (1999) que diz que “a essência da sociologia do meio ambiente tem sido de recuperar e revelar a materialidade da estrutura e vida social, e o faz de maneira a produzir entendimentos relevantes de modo a resolver problemas ambientais” (p. 181) também Rodrigues (2003) quando afirma que “na interrelação entre aspectos ecológicos e sociais, o social determina o ecológico” (p. 110) e Viana (1999) que propõe que “o envolvimento sustentável deve buscar reverter o distanciamento do homem em relação à natureza” (p. 243) e Van Bellen (2004) que afirma que “o aprofundamento da crise ambiental, juntamente com a reflexão sistemática sobre a influência da sociedade neste processo, conduziu a um novo conceito - o de desenvolvimento sustentável” (p. 67). Outros acrescentam a questão do meio biofísico aos estudos teóricos, mostrando que este é mais um elemento a ser considerado pelo pesquisador, como vemos em Invernizzi (2001) que afirma que se deve “atender as questões sociais enquanto ponte para se chegar à sustentabilidade biofísica”, e Guerra (2004) ao concluir que “para se atingir um desenvolvimento sustentável nos assentamentos de reforma agrária é necessário considerar os seus aspectos sociais, econômicos e ambientais.” (p. 158) e ainda Costa (2001) no momento em que comenta sobre “a incorporação de padrões genéricos de sustentabilidade urbana e de qualidade de vida, medidos por índices internacionais e nacionais, associados a uma certa eficiência ecológica das cidades”(p. 99).

Alguns trabalhos apresentam essa interação de forma interessante, como é o caso do artigo de Rebelo (2000) que trabalha a relação dos habitantes da região amazônica e o consumo de

quelônios, proibido legalmente, mas esta é ignorada na alimentação de muitos ribeirinhos, só perceptível diante da queda na quantidade de animais para o consumo. Dito de outra forma, afastando-se das relações entre o legal e o ilegal, os habitantes, no dia a dia percebem o impacto das ações dos caçadores de quelônios e os resultados disso. Essa é vulnerabilidade ecológica do processo, exposta por Catton e Dunlap (1979), onde a sociedade local “gasta’ mais recursos do que a capacidade natural de repô-los”, gerando “escassez”.

Numa outra subcategoria, que denominamos “*crítica à noção do homem/social dissociada do âmbito ambiental*”, mais do que relacionar a temática ambiental aos atores sociais, esta parte faz duras críticas a falta de associação dos indivíduos com o meio natural, como lemos em Equiza (2003) que afirma que “el reconocimiento de esta relación dialéctica, abre posibilidades para visiones críticas, más extendidas con respecto al desarrollo que a la Naturaleza y que, justamente por ello, requiere la elaboración de una teoría más amplia sobre la sustentabilidad” (p. 184), e Foladori (1999) comentando que “la sociedad humana es vista en su relación genérica, y por lo tanto ahistórica, con el medio ambiente. Se pierde de vista, con ello, la especificidad histórica que proviene de la forma de organización económica y sus relaciones sociales” (p. 33) e Lenzi (2006) onde para este autor, “a condição dos seres humanos como 'agentes portadores de saber' é ainda um ponto importante de análise na relação que as sociedades humanas sustentam com o seu ambiente” (p. 121).

Outros autores exaltam as consequências, geralmente trágicas, da visão parcial das ações dos agentes como lemos em Daly (2004) onde “a economia é um subsistema aberto do ecossistema terrestre, o qual é finito, não-crescente e materialmente fechado. À medida que o subsistema econômico cresce, ele incorpora uma proporção cada vez maior do ecossistema total e deve

alcançar um limite a 100%, se não antes” (p. 197), Foladori (2000) novamente considera que “as sociedades 'modernas', tanto capitalista quanto socialista, seriam produtivistas e antiecológicas. Tratar-se-iam de sociedades nas quais a natureza não é considerada dentro da racionalidade econômica e, portanto, seriam insustentáveis” (p. 171) e Cavalcanti (2004) que trata da “fase de óbvia degradação ecológica provocada pela vida moderna e pelo desenvolvimento, sucedeu-se uma preocupação com fenômenos ambientais transfronteiriços e menos visíveis, ou até invisíveis, como o buraco na camada de ozônio, a mudança climática provocada pela emissão de gases-estufa (...) O problema é que as prioridades econômicas atropelam invariavelmente considerações de ordem ecológica” (p. 151,153). Alguns autores, como Bursztyn (1999) nos mostra como essa visão compartimentalizada da ação dos atores e o meio biofísico nasce dentro da própria Universidade onde “a organização departamentalizada valoriza as especialidades e é avessa a visões interdisciplinares. Toda a estrutura de fomento, avaliação, reconhecimento e validação de mérito está orientada para os cortes das 'áreas do conhecimento' e suas respectivas 'disciplinas'” (p. 229)

A noção da base material como elemento importante para a ação social é muito presente nos textos analisados, certamente pela escolha da palavra-chave (sustentabilidade), como comentamos, que nos dirige a repensar a ação da promoção do desenvolvimento pelas sociedades e leva o enfoque para o lugar da ação dos agentes e seus impactos diretos.

Sendo assim, a corrente teórica que considera a importância da base material, além do Materialismo Durkeimiano citado acima, é o Materialismo Marxista, não por acaso com a segunda maior quantidade de artigo (35,71%), pouco abaixo da corrente Durkeimiana (39,5%).

Essa base teórica, parte da crítica ao capitalismo e suas ações como elementos de constante

degradação no meio biofísico, onde a preocupação com a acumulação de capital geralmente não congrega com a questão ambiental. Aqui, novamente o peso da palavra-chave escolhida mostra-se grande, afinal a proposta da sustentabilidade é justamente repensar, seja mudando o modelo produtivo ou recriando-o, um novo jeito de lidar com o espaço natural dentro dos processos de acumulação.

A maior crítica dessa corrente teórica é direcionada ao Estado e suas ações dentro do capitalismo para garantir a manutenção do seu poder e sua popularidade, quando provoca “retiradas” de recursos e “acréscimos” de elementos nocivos (poluição, por exemplo), resultado do modelo produtivo. Dito de outra forma, a ação do Estado e os impactos ambientais tem uma relação íntima, como lemos em Ribeiro (2002) que mostra que “no âmbito da estrutura político-administrativa, a eficiência da organização burocrático-racional ficou limitada a alguns núcleos dentro da estrutura do Estado, enquanto que no restante prevalece a relação clientelista.” (p. 02), listado dentro de uma subcategoria que tratava especificamente de ações do Estado.

A lógica da acumulação capitalista foi o tema da organização dos artigos na outra subcategoria, onde os autores estabeleceram duras críticas ao modelo de produção vigente e seu modo de significar os recursos naturais como geralmente infinitos e fonte de lucro para o explorador.

Isso se faz presente nos trechos de Layrarques (1999), neles o sistema capitalista visa “submeter a biodiversidade às leis do mercado, se nutrindo, como um parasita, da repulsa pela natureza” (p. 226) e Lessa (1999) ao afirmar que existe “a manutenção de uma relação dos homens com a natureza na qual apenas as condições de reprodução da classe dominante ficam asseguradas” (p. 168) e Brito (2003) ao considerar a sociedade como “pautada no princípio da escassez, transforma, se em uma sociedade progressivamente saturada, diante de incongruências e

efeitos não visados, produzindo e distribuindo de forma desigual, riscos sociais e ambientais” (p. 161), e Brand (2003) citando que “el concepto rector del desarrollo sostenible se concretó principalmente em la mercantilización de la naturaleza” (p. 47) e Ferreira (2000) que ao tratar a questão da pobreza e da deterioração ambiental afirma categoricamente que “originam-se de um estilo de desenvolvimento que gera desigualdades sociais e desequilíbrio ambiental” (p 27).

Um artigo interessante e que serve de excelente exemplo da corrente teórica exposta é o de Aguiar (2005) onde trata das relações entre a agricultura sustentável e a inserção dos modelos comerciais do agronegócio no Cerrado do Piauí. Nesse estudo de caso, o autor apresenta as condições onde as grandes propriedades monocultoras, que utiliza muita maquinaria agrícola, utilizam vasta extensão de terras e oferecem poucos serviços temporários e, além de tudo, precarizados, inserem-se no espaço onde antes vigorava a produção familiar. Aborda, em especial, a falta do tratamento das questões ambientais na expansão desses novos espaços agrícolas, estimulando desmatamentos e poluições do solo e água, ou seja, “o processo de uso e ocupação do Cerrado de Uruçuí está ocorrendo de forma desordenada e acelerada, sem a devida preocupação com o cumprimento da legislação ambiental, que é um instrumento normativo para a garantia do desenvolvimento com responsabilidade ambiental” (p. 17). Assim vemos como a lógica da acumulação capitalista incentivada pelo Estado não se adequa às questões ambientais muito básicas, como o respeito ao equilíbrio local.

Notamos, pelas duas correntes teóricas analisadas, que, na busca pela construção de uma Sociologia Ambiental no Brasil, tende-se a valorizar a presença do meio biofísico, seja como agente de conflito, elemento presente nas relações de poder de determinados grupos ou gênese de consequências das ações dos agentes. Este não justifica todas as ações, mas se mostra um

elemento importante nas análises que, portanto deve ser considerado.

Isto é demonstrado pela presença marcante e incontestável do caráter materialista (75,21%) nos artigos de Sociologia Ambiental, seja ele Durkeïniano (39,5%) ou Marxista (35,71%).

A construção da Sociologia Ambiental como uma esfera própria do conhecimento sociológico exige, necessariamente, a afirmação de um arcabouço teórico particular, que lhe ofereça especificidades, como os artigos analisados, onde a maioria, ao afirmar a materialidade nos processos sociais, justifica a presença de um campo de análise próprio de ação da temática ambiental e enfatiza sua relevância.

Sete artigos, representando 16,6% do total analisado, aproximaram-se da corrente teórica Sociedade de Risco, corrente esta que apresenta a questão ambiental como uma das consequências do aprofundamento da modernidade simples, mas crente de que a radicalização desta modernidade daria origem a uma “modernização reflexiva” onde as ações dos agentes e instituições seriam orientadas para uma transformação que Beck (1997) denominou de “(auto)destruição criativa” (p. 13). Essa “modernização” surgiria da democratização do debate ambiental e sua expansão para muitos níveis da sociedade civil e não ficaria apenas restrito ao discurso técnico dos peritos, uma vez que a degradação ambiental iria atingir todos os grupos sociais. Diante disso, numa subcategoria, temos o artigo de Foladori (2002) discutindo os passivos ambientais resultado da desativação de empreendimentos industriais, que atingem todos no entorno, independente de classe social e no mostra que “depois de amortizado o investimento, esta infraestrutura era abandonada e o solo e meio ambiente muitas vezes ficava degradado e contaminado, criando problemas para os futuros investidores ou moradores dessa área” (p. 01) mostrando um excelente exemplo da democratização dos impactos ambientais.

Numa outra categoria classificamos os artigos ligados a itens da ação de grupos da sociedade civil ou Estado na chamada “modernização reflexiva”, encontrados, por exemplo, no trecho de Guilherme (2004) ao citar a ação de grupos diante dos impactos afirmando que “the social actors, regardless their class or ideology, become involved and, looking for results and solutions, create associations, modernize local public agencies, increase assessments and reach isolated social sectors” (p. 181) ou também Guimarães (2001) ao expor que o papel do Estado “es *único*, porque trasciende la lógica del mercado mediante la salvaguardia de valores y prácticas de justicia social y de equidad, e incorpora la defensa de los llamados derechos difusos de la ciudadanía (...) e *indispensable*, porque se dirige a las generaciones futuras y trata de aspectos y procesos caracterizados por ser no-sustituibles” (p. 02). Outros autores buscam dissertar sobre como a temática ambiental é percebida pelos atores sociais, como lemos em Jacobi (2006) pois “o tema do consumo sustentável introduz principalmente a politização dos problemas e a compreensão das interdependências entre as escalas micro de inserção dos indivíduos e a escala de problemas gerados no contexto global” (p. 185).

Poucos artigos (7,14%) aproximaram-se da corrente Construtivista e versaram sobre a construção social das questões ambientais. Nesta corrente, autores como Hannigan (2009) nos mostram como grupos de pressão são criados e movimentam interesses associados aos impactos no meio biofísico. Temas ambientais são tratados abertamente, movimentando influência e dinheiro, e outros muitas vezes caem no esquecimento, mostrando, portanto que as questões que envolvem o meio ambiente muitas vezes estão longe de serem questões aparentemente ingênuas.

Rattner (1999) cita isto mostrando que a discussão teórica das questões ambientais “revela uma luta disfarçada pelo poder entre diferentes atores sociais, competindo por uma posição

hegemônica, para ditar diretrizes e endossar representações simbólicas de sustentabilidade, seja em termos de biodiversidade, sobrevivência do planeta ou de comunidades autosuficientes e autônomas” (p. 234) e Lima (2003) também cita que “à medida que o debate da sustentabilidade vai se tornando mais complexo e é difundido socialmente, ele vai sendo apropriado por diferentes forças sociais que passam a lhe imprimir o significado que melhor expressa seus valores e interesses particulares” (p. 107). Muitas vezes esta questão dos interesses ocorre inconscientemente, como mostra o excelente artigo de Scherer-Warren (2003) sobre as transformações e a apropriação do espaço dos cidadãos da Lagoa da Conceição onde a autora afirma que “diversidade de habitantes na Lagoa não isenta o lugar de conflitos e de distintas representações de seu mundo, por outro lado, estes se encontram em um ponto de suas representações: a forma como hierarquizam a questão ambiental. Esta ocupa uma posição privilegiada no imaginário, nas preocupações, nas práticas dos movimentos associativistas, de ambos os grupos” (p. 220).

Apenas um dos artigos foi considerado Híbrido por apresentar claramente traços de mais de uma corrente teórica. Curiosamente, também um artigo produzido como um manifesto, resultado do Simpósio sobre Ética e Desenvolvimento Sustentável realizado em Bogotá, no ano de 2002. Como todo manifesto conclusivo de conferências seu texto teve que abarcar uma ampla gama de contribuições de todos os participantes, fato que favorece a presença de várias opiniões, consequentemente, diversas teorias embasando os múltiplos discursos.

Ao prosseguirmos com o processo de análise, percebemos uma ausência de aproximação com duas das correntes teóricas presentes no Banco de Dados, a Modernização Ecológica e a Pós Materialista.

A tratarmos a corrente teórica Modernização Ecológica, no início desta dissertação acreditávamos que a presença dela seria marcante, pois esta corrente teórica sofre muita influência de todos os movimentos pró ecológico a partir do Relatório Brundtland, de onde fortaleceu o conceito de sustentabilidade, palavra-chave escolhida. Porém, verificou-se o contrário.

Por fim, a teoria Pós Materialista parte da criação de novos valores por parte da sociedade civil ligados a questões como qualidade de vida e a própria sustentabilidade, diante da necessidade de uma nova tomada de consciência por parte daquelas que antes degradavam o meio natural. Acredita-se que, resolvendo questões materiais ligadas a sobrevivência, outros valores e necessidades emergiriam, entre eles, a questão ambiental.

Embora a sustentabilidade surja no contexto da Modernização Ecológica e seja vista, por muitos, como um valor pós material, nenhum artigo analisado nesta dissertação apresentou traços dessas duas correntes teóricas, o que não diminui a importância destas abordagens, mas sim, temos a certeza de que para a palavra-chave estudada os interesses demonstrados pelos autores podem ser outros, o que justifica a ausência dessas correntes específicas, como demonstraremos mais adiante.

No fazer da Sociologia Ambiental brasileira contemporânea notamos, pela análise dos artigos, uma postura muito crítica sobre a realidade e sobre as ações do passado na questão das relações dos agentes com o meio natural como veremos a seguir

Desde a introdução deste trabalho a emergência das análises com interface entre Ambiente e Sociedade fora percebida como muito recente no Brasil e, por vezes, vista com desconfiança por vários setores da sociedade que chegam a alegar que muitas das discussões ambientais

representariam um retrocesso no propalado desenvolvimento econômico.

Isso estimula muitos artigos com críticas ao modelo vigente e denúncia dos impactos ambientais. Nossa Sociologia Ambiental, antes de proposições, presentes e valiosas, firma-se principalmente como crítica aos velhos paradigmas. Contrastar o impacto presente como resultado de um modelo ou de ações do passado mostra-se traço comum nos artigos analisados e a configuração do estágio de configuração da Sociologia Ambiental em nosso país.

A Modernização Ecológica, por exemplo, parte de um consenso que não existe em muitos segmentos da economia e política brasileira. Só se pensa na valorização de “tecnologias verdes” na medida em que se estimula e julga-se necessária uma mudança de postura e um vultoso investimento em capital e na conscientização de muitos setores da sociedade civil.

Os avanços da Modernização Ecológica seguem paralelos ao desenvolvimento de uma consciência ambiental nos países europeus, por exemplo (Mol, 2000).

A pressão exercida pela sociedade civil alinhada à ação forte do Estado são os elementos fundamentais para novas tecnologias que transformariam o industrialismo que destrói naquele que preserva (Mol 2000 apud Herculano).

Em nosso país, essas ações carecem de investimentos e parecem estar distantes da realidade, reflexo disto é a ausência de artigos que demonstrem esta corrente teórica.

No que tange ao Pós Materialismo, Inglehart (1990) explica que a emergência de valores pós materialistas, entre eles o *ambientalismo*, depende da supressão das preocupações com os valores tidos como materiais, como a sobrevivência e subsistência. Dito de outra forma, ao passo que condições como moradia e alimentação deixam de ser preocupações para a população, isto lhes garante possibilidades para lançarem luz às outras questões da existência, como novos valores

para a qualidade de vida, onde o bem estar ambiental se torna tema central.

Somente em países centrais essa condição vem se mostrando viável, pois só onde a renda é suficientemente elevada para que a população não tenha mais preocupações materiais é possível se atingir um estágio de pós materialidade.

Num país pobre e extremamente desigual como o Brasil, as preocupações tidas como materiais ainda fazem parte do cotidiano de grande parcela da população.

A questão ambiental é, principalmente, uma questão social (Ferreira, 1997) A degradação existente em áreas de pobreza pode ser aplacada pela geração de emprego em rendas sustentáveis, antes de qualquer processo de conscientização.

Nos países periféricos, o Pós Materialismo fica restrito à pequena parcela mais abastada da população e, quanto maior a desigualdade, menor a quantidade de pessoas que podem compactuar destes valores.

Embora, no Brasil questões como a responsabilidade sócio ambiental e o consumo consciente venham ganhando espaço, principalmente em uma camada da classe média, estes temas ainda não cresceram ao ponto de se traduzirem em estudos e estarem presentes nos artigos analisados.

6. Considerações Finais

Ao longo da exposição deste trabalho, buscou-se, a partir da análise dos artigos, oferecer um breve panorama da consolidação da Sociologia Ambiental no Brasil. Retomando Buttel (1996 apud Ferreira 2000), percebemos que nos encontramos na terceira fase de organização da trajetória da Sociologia Ambiental como um campo do conhecimento específico.

A primeira fase correspondeu aos tempos onde a análise ambiental na teoria sociológica era vista como subcampo de outras esferas, como a Sociologia Rural. Contudo, ao longo do tempo, temos a criação de referenciais teóricos próprios da área ambiental, resultante de trabalhos de sociólogos que incorporaram a questão ambiental às análises e, no caso brasileiro, de pesquisadores que, estimulados pelo crescimento desta área no exterior, trouxeram tais conhecimentos ao Brasil. Um país com tanta diversidade social e biológica não poderia ficar à margem da formação desta esfera do conhecimento, mesmo que tardiamente.

Mas o que a ampla variedade dos artigos estudados nos mostra é que temos um processo de incorporação dos conceitos da Sociologia Ambiental dentro das análises da teoria social. É marcante a aplicação de um referencial teórico particular nos estudos da interface entre meio ambiente e sociedade, mostrando as bases teóricas sólidas construídas por esse recente campo do conhecimento.

Baseando-se no exemplo desta dissertação, a sustentabilidade, palavra-chave selecionada, servia como referência para aplicação de análises da teoria sociológica. A partir disso, certamente devemos considerar que a pesquisa em sociologia ambiental é uma realidade dentro de muitas

universidades brasileiras e vem ampliando seu campo de atuação na teoria sociológica.

Assim, a crítica relacionada à degradação ambiental, que no início desta discussão no Brasil era restrita a poucos movimentos sociais e a iniciativas particulares, com sua introdução no meio universitário, ela ganhou força e credibilidade, consolidando-se. Estudos sobre a interface entre Ambiente e Sociedade desvendaram temas e abordaram questões centrais na formação do *corpus* teórico da Sociologia Ambiental e do próprio movimento ligado às questões ambientais nos dias de hoje. Não somente a grande quantidade de artigos listados neste trabalho, mas também a pluralidade de assuntos e questionamentos apresentados demonstram isso.

Este trabalho visou demonstrar o papel importante da discussão da influência das bases materiais sobre as ações dos agentes no meio biofísico e que a ação das pesquisas nas Universidades e suas análises e publicações são centrais na exposição dos importantes temas da Sociologia Ambiental no Brasil em sintonia com a produção intelectual presente em outros países do mundo.

O caso brasileiro é muito particular, pois, além de mantermos neste imenso território, uma extensa reserva de meio natural, seja em biodiversidade ou em recursos hídricos, por exemplo, vislumbramos a incansável busca pela supressão de desigualdades sociais internas e a superação das condições de subdesenvolvimento que nos coloca na periferia do mundo. Pensar o desenvolvimento associado com a manutenção do meio biofísico é fundamental para garantir a sustentabilidade do espaço da ação dos atores sociais.

O fortalecimento da Sociologia Ambiental serve para esta função de revelar idiossincrasias e conflitos neste processo. Serve para compreendermos que a temática ambiental é, antes de termos e associações técnicas, um assunto social e político, em que nossa área científica desempenha um

papel relevante no desvendar desses processos.

Consoante a isso, este trabalho objetiva contribuir com a ampliação do campo de análise da Sociologia Ambiental, expandir seus conceitos e seus trabalhos, divulgando os temas caros à esta esfera do conhecimento.

Porém muitos sociólogos desconhecem as pesquisas na área ambiental. Acreditamos que isto se deve a falta de contato com os trabalhos temáticos desta área e ausência da troca de experiências entre os grupos de pesquisas espalhados pelo Brasil. O fortalecimento da Sociologia Ambiental requer uma maior troca de informações e experiências entre os pesquisadores.

Daí a iminente necessidade da consolidação da importância do Banco de Dados, elemento que justificou a existência desta dissertação. Graças a ele, a pesquisa da Sociologia Ambiental poderá se tornar de fácil acesso a qualquer interessado, a partir do acesso a seu endereço eletrônico. Isto é fundamental para a troca de informações entre pesquisadores e a expansão das práticas da Sociologia Ambiental.

O trabalho desenvolvido na criação deste Banco de Dados visa agregar informações sobre a temática do ambiente e Sociedade não apenas no Brasil, mas também em vários países da América Latina, difundindo projetos e informações, consolidando a disciplina e mostrando a grande quantidade de trabalhos existentes nesta área.

Esta dissertação, além de compor parte do Banco de Dados buscou também aplicar, a partir da análise de conteúdo, um método eficaz para as pesquisas futuras, ampliando a possibilidade de novas publicações nesta área e acreditando que carências e dificuldade sentidas pelo autor deste projeto tornar-se-ão menores em novos trabalhos de classificação qualitativa de outros artigos que completarão o Banco de Dados, por exemplo, utilizando as outras palavras-chaves e outras

publicações na área de Ambiente e Sociedade, tornando-o mais completo e útil.

7. Referências Bibliográficas

- ALONSO, A. e COSTA, V. (2002), “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico”. *BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, ANPOCS. No. 53.
- BARDIN, L. (2008) *Análise de Conteúdo* ed. 70. Lisboa
- BECK, U. (1995) *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. Ed. Unesp. São Paulo.
- _____ (1998) *La sociedad del riesgo: hacia una nova modernidad*. Paidós, Barcelona.
- BECKER, B. K. (1998) *Amazônia*. Ática. São Paulo.
- BUTTEL, F. (1992) A Sociologia e o Meio Ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. *Perspectiva: Revista de Ciências Sociais*. Unesp. Vol 15. pp. 69-94. São Paulo, SP.
- _____ (1996) Environmental and Resource Sociology: theoretical Issues and opportunities for synthesis. *Rural Sociology* Vol. 61,
- _____ (2000) Sociologia Ambiental, Qualidade Ambiental e Qualidade de Vida: algumas observações teóricas. In: Herculano S., Porto, M; e Freitas, C (org) *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. EDUFF. Niterói, RJ.
- _____ (2002) Instituições Sociais e Mudança Ambiental. In Ferreira, L. C. (org) *A Questão Ambiental e as Ciências Sociais. Idéias*. Ano7(2)/8(1). IFCH-UNICAMP. Campinas SP.

- CAMPOS C J G. (2004) Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde *in* Rev Bras Enferm, Brasília, DF set/out;57(5)
- CASTRO, A M e DIAS, E F (1976) *Introdução ao Pensamento Sociológico*. Ed Eldorado. São Paulo, SP.
- CATTON, W. R. Jr e DUNLAP, R. E. (1979) Environmental Sociology. *Annual Review Sociology*. Vol. V.
- _____ (1998) Environmental sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*. Vol 13 No 1 Washington.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988) *Nosso Futuro Comum*. FGV: Rio de Janeiro.
- COSTA, C. (2005) *Sociologia – introdução à ciência da sociedade*. Ed Moderna. São Paulo, SP.
- DUNLAP, R (1993) “From Environmental to Ecological Problems” In: CALHOUN, C e RITZER, G (org) *Social Problem*. MacGraw-Hill. New York
- DURKHEIM, E (1978) *As Regras do Método Sociológico*. Companhia Editora Nacional. São Paulo.
- FERREIRA, L (2006) *Idéias pra uma Sociologia da Questão Ambiental no Brasil*. Annablume. São Paulo
- _____ (2002) Brazilian environmental sociology: a provisional review. *Ambiente & Sociedade*. no.10.
- _____ (2009) *A Questão Ambiental na América Latina: teoria social e interdisciplinaridade*. Ed. Unicamp. Campinas, SP (no prelo)
- _____ e FERREIRA, L (1992) “Limites Ecológicos: novos dilemas e desafios

para o estado e para a sociedade”. In: HOGAN, D e VIEIRA, P (orgs) *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento sustentável*. Ed. UNICAMP. Campinas.

_____ e FERREIRA, L (2002) “Águas Revoltas: Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil”. *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas*. Vol. 54. São Paulo, SP.

_____ e VIOLA, E. (orgs) (1997) *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Ed. UNICAMP. Campinas

FOSTER, J B (2005) *A Ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, RJ.

FRANCO, M L P B (2008) *Análise de Conteúdo*, Liber Livro, Brasília, DF

GIDDENS, A. (1991) *As Consequências da Modernidade*. Ed. UNESP. São Paulo.

GOLDENBERG M. (org) (1992) *Ecologia, Ciência e Política*. Editora Revan. Rio de Janeiro.

GORZ, A (1980) *Ecology Politics* Pluto. Londres.

GUIMARÃES, R. (1984). “Ecopolítica em áreas urbanas: a dimensão política dos indicadores de qualidade ambiental”. In: SOUZA, A (org) *Debates Urbanos. Qualidade de Vida Urbana*. Zahar. São Paulo.

HANNIGAN, J. (2009) *Sociologia Ambiental*. . Ed. Vozes. Petrópolis, RJ

ILLICH, I. (1976) *A Convivencialidade*. Publicações Europa/ América. Lisboa

INGLEHART, R (1990) *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton University Press. Princeton

LEFF, E (2000) *Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Editada da FURB. Blumenau.

- LENZI, C. L. (2003) *A Sociologia sob o Signo Ecológico: um estudo sobre a modernização ecológica, desenvolvimento sustentável e a teoria da sociedade de risco*. Tese de Doutorado IFCH-UNICAMP. Campinas, SP.
- MARTINEZ-ALIER, J. (1999) Justiça ambiental e distribuição ecológica de conflitos. In FERREIRA, L. C. (org) *A Sociologia no Horizonte do Século XXI*. Boitempo, São Paulo.
- MARX, K (1998) *Manifesto Comunista*. Boitempo. São Paulo, SP
- MILIBAND, R. (1972) *O Estado na Sociedade Capitalista*. Zahar, Rio de Janeiro.
- MOL, A (2000) “A Globalização e a mudança dos modelos de controle e poluição industrial: a teoria da modernização ecológica”. In: HERCULANO, S; PORTO, M e FREITAS (orgs). *Qualidade de Vida & Riscos Ambientais*. Eduf. Niterói.
- NOBRE, M; AMAZONAS, M (orgs) (2002) *Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito*. Ed. IBAMA. Brasília
- PADUA, J (org) (1987). *Ecologia e Política no Brasil*. Espaço e Tempo. Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, J. A (org.) *Durkheim*. Ática. Rio de Janeiro.
- SCHNAIBERG, A (1996) *Local Environmental Struggles: citizen activism in the treadmill of production*. Cambridge University Press. New York
- SPAARGAREN, G; MOL, A; BUTTEL, F (2000). *Environment and Global Modernity*. Thousand Oaks. New Delhi.
- YEARLEY, S (1996) *Sociology, Environmentalism and Globalization*. Sage. London.
- VIANA, G; SILVA, M; DINIZ, N. (2001) *O Desafio da sustentabilidade: o debate socioambiental no Brasil*. Perseu Abramo. São Paulo
- VIEIRA, P (1992) “A problemática ambiental nas ciências sociais no Brasil (1980 – 1990)”. In

HOGAN, D e VIEIRA, P. (orgs). op. cit.

VIOLA, E. J. *et al.*(1995) *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. Editora da UFSC. Florianópolis

VIOLA, E. LEIS, H. (1992) “A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971 – 1991: do bissetorialismo preservacionista ao multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável”. In: HOGAN, D. e VIEIRA, P (orgs). op. cit.

8. Bibliografia dos artigos analisados

- AGUIAR, T. J. A.; MONTEIRO, M. S. L. “Modelo agrícola e desenvolvimento sustentável: a ocupação do Cerrado piauiense” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 2, 2005.
- BELLEN, H. M. V. ”Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 1, 2004.
- BOEIRA, S. L. “Saber Ambiental” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 10, 2002.
- BRAND, U; GÓRG, C. “Globalización Sostenible? Desarrollo sostenible como pegamento para el montón de cristales trizados del neoliberalismo” *Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 2/1, 2002/2003.
- BRITO, D. C; RIBEIRO, T. G. “A modernização na era das incertezas: crise e desafio da teoria social” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 2, 2002.
- BURSZTYN, M. “Interdisciplinaridade: é hora de institucionalizar!” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 5, 1999.
- CAVALCANTI, C. “Uma tentativa de caracterização da economia ecológica” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 1, 2004.
- COSTA, H. S. M. “A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 9, 2001.
- DALY, H. E. “Crescimento Sustentável? Não, obrigado” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 2, 2004.
- EQUIZA, A. M. F. “Ecología, Economía y Ética del desarrollo sostenible” *Revista Ambiente &*

Sociedade Campinas, SP, n. 2, 2003.

FERREIRA, L. C. “Indicadores políticos-institucionais de sustentabilidade: criando e acomodando políticas públicas” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 6/7, 2000.

FERREIRA, P. P. “Dilemas da Civilização Tecnológica” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 2, 2004.

FOLADORI, G. Sustentabilidad Ambiental y Contradicciones Sociales *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 5, 1999.

_____ “Na busca de uma racionalidade ambiental” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 6 e 7, 2000.

_____ “Desengenharia: o passivo ambiental na desativação de empreendimentos industriais” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 10, 2002.

FREY, K. “A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 9, 2001.

_____ “Sustainable communities: the potential for eco-neighbourhoods” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 6/7, 2000.

GALANO, C. et alii “Manifiesto por la vida por uma ética para La sustentabilidad” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 10, 2002.

GUERRA, R. “Verificando a viabilidade do PDS São Salvador no estado do Acre” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 1, 2004.

GUILHERME, M. L. “The categories of sustainability in local projects the equator prize at WSSD-Johannesburg- 2002” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 2, 2004.

GUIMARAES, R. P. “La sostenibilidad del desarrollo entre Rio-92 y Johannesburgo 2002: éramos

felices y no sabíamos” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 9, 2001.

HOGAN, D. J. “Demographic dynamics and environmental change in Brazil” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 2, 2004.

INVERNIZZI, N. “Sustentabilidade? Desacuerdos sobre El desarrollo sostenible” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 9, 2001.

JACOBI, P. “Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 1, 2006.

LAYRAGUES, P. P “Geopolítica da Biodiversidade” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 5, 1999.

LEFF, E. “Tempo de sustentabilidade” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 6 e 7, 2000.

LENZI, C. L. “por uma imaginação sociológica da ecologia: uma análise do pensamento de Anthony Giddens” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 1, 2006.

LESSA, S “Los limites Del desarrollo sustentable” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 6 e 7, 2000.

LIMA, G. da C. “Questão ambiental e educação: contribuições para o debate” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 5, 1999.

_____ “O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 2, 2003.

MCREYNOLDS, S. A. “Guia para iniciantes em Sociologia do Meio Ambiente: definição, lista de jornais e bibliografia” *Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 5, 1999.

MERCADO, A; CORDOVA, K “Desarrollo sustentable – industria: más controversias menos respuestas” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 1, 2005.

- RATTNER, H. “Sustentabilidade – uma visão humanista” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 5, 1999.
- REBELO, G; PEZZUTI, J. “Percepções sobre o consumo de quelônios na Amazônia. Sustentabilidade e alternativas ao manejo atual.” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 6/7, 2000.
- RIBEIRO, T. G. “A modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 10, 2002.
- RODRIGUES, A. et alii “É correto pensar sustentabilidade em nível local? Uma análise metodológica de um estudo de caso em uma área de proteção ambiental no litoral sul do Brasil.” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 2, 2002/2003
- SACHS, I. “Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 2, 2004.
- SCHERER-WARREN, I. “Lagoa da Conceição – Meio ambiente e modos de vida em transformação” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 2, 2002.
- SILVEIRA, P. C. B. “Parks em peril: people, politics and protected areas” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 9, 2001.
- TAVOLARO, S. B. F. “A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil, Leila da Costa Ferreira, São Paulo, Boitempo Editorial, 1998” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 5, 1999.
- TOLMASQUIM, M. “As origens da crise energética brasileira” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 6/7, 2000.
- VARGAS, M. C. “O gerenciamento integrado dos recursos hídricos como problema socioambiental”

Revista Ambiente & Sociedade Campinas, SP, n. 5, 1999.

VIANA, V. M. “Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras” *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 5, 1999.

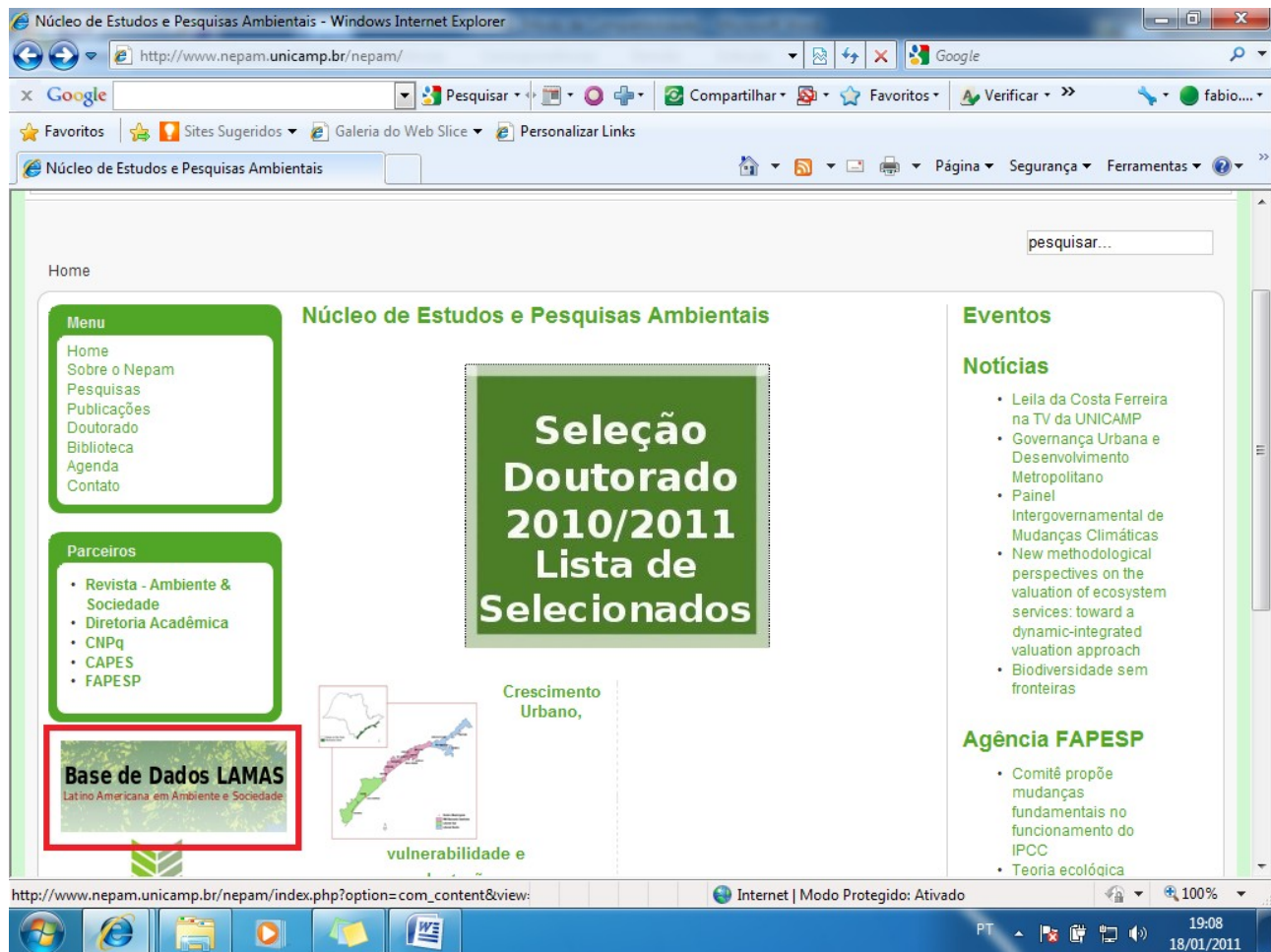
ANEXO 01

O Banco de Dados

Com intuito de auxiliar a pesquisa no desenvolver de uma “sociologia da área de ambiente e sociedade na América Latina” analisando o seu processo de institucionalização, assim como os aspectos teórico-metodológicos, fez-se necessário elaborar um banco de dados para reunir os dados levantados na América Latina. O armazenamento de informações das pesquisas e gerenciamento adequado desse programa possibilitou uma unidade padrão ao material levantado, tornando possível uma revisão crítica da produção teórica dos centros Latinoamericanos que dão ênfase à problemática ambiental e estudos interdisciplinares.

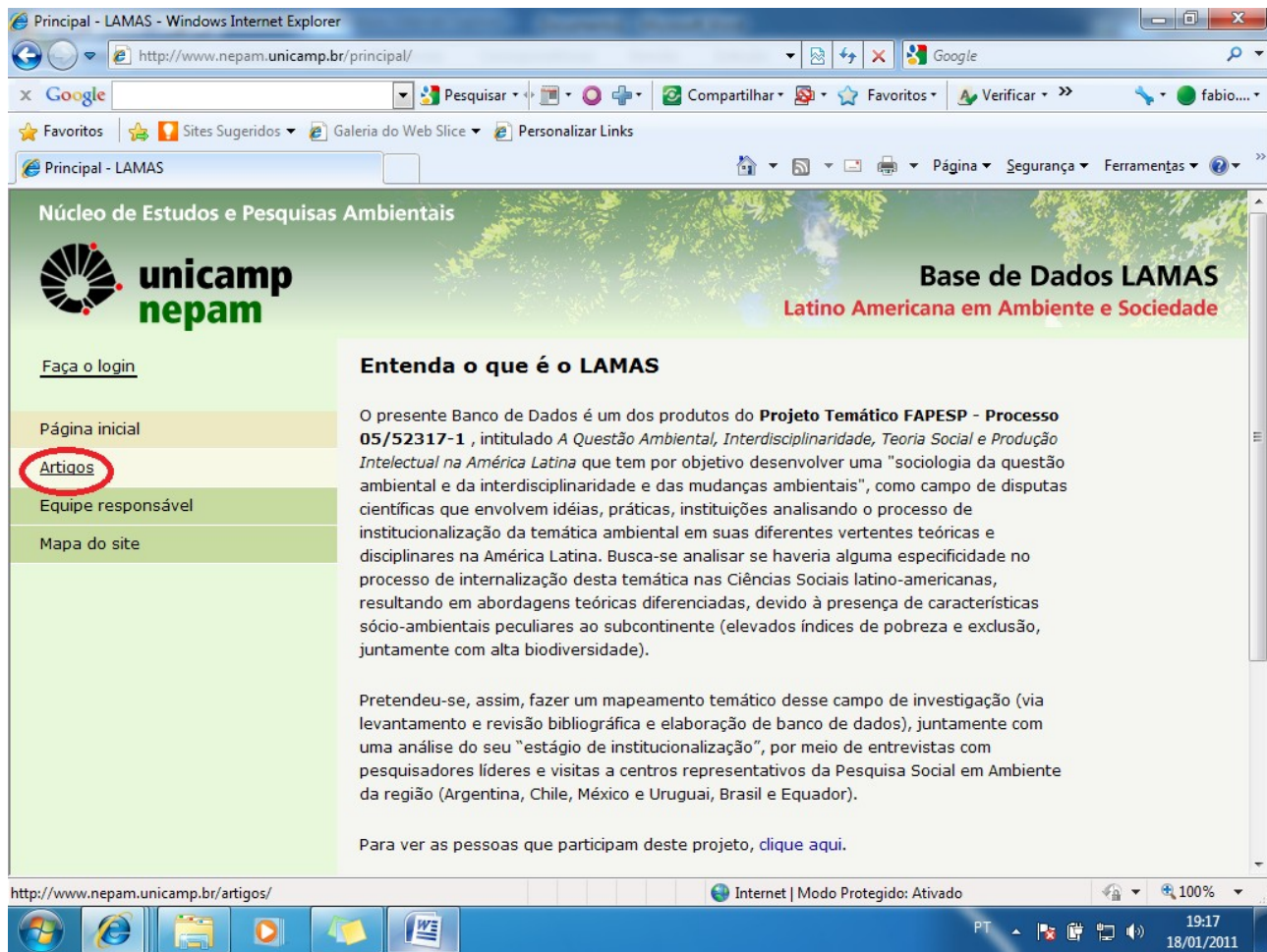
Atualmente o banco de dados LAMAS (Latina Americana em Ambiente e Sociedade) é acessível através de do endereço do *site* do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) www.nepam.unicamp.br (Figura 01)

Figura 01



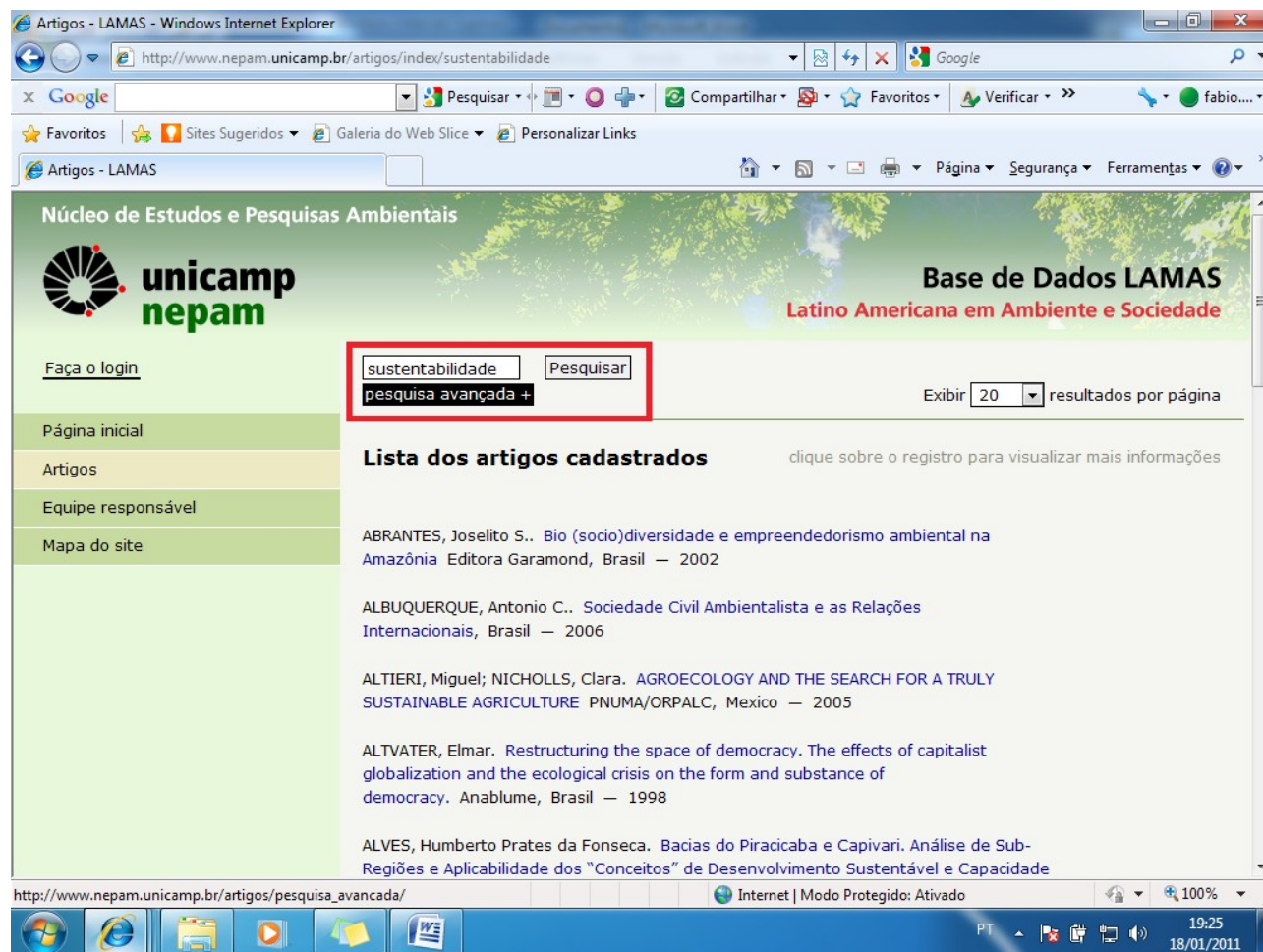
O acesso ao *site* do banco de dados nos direciona para uma página onde é possível realizar a pesquisa dos artigos (Figura 02)

Figura 02



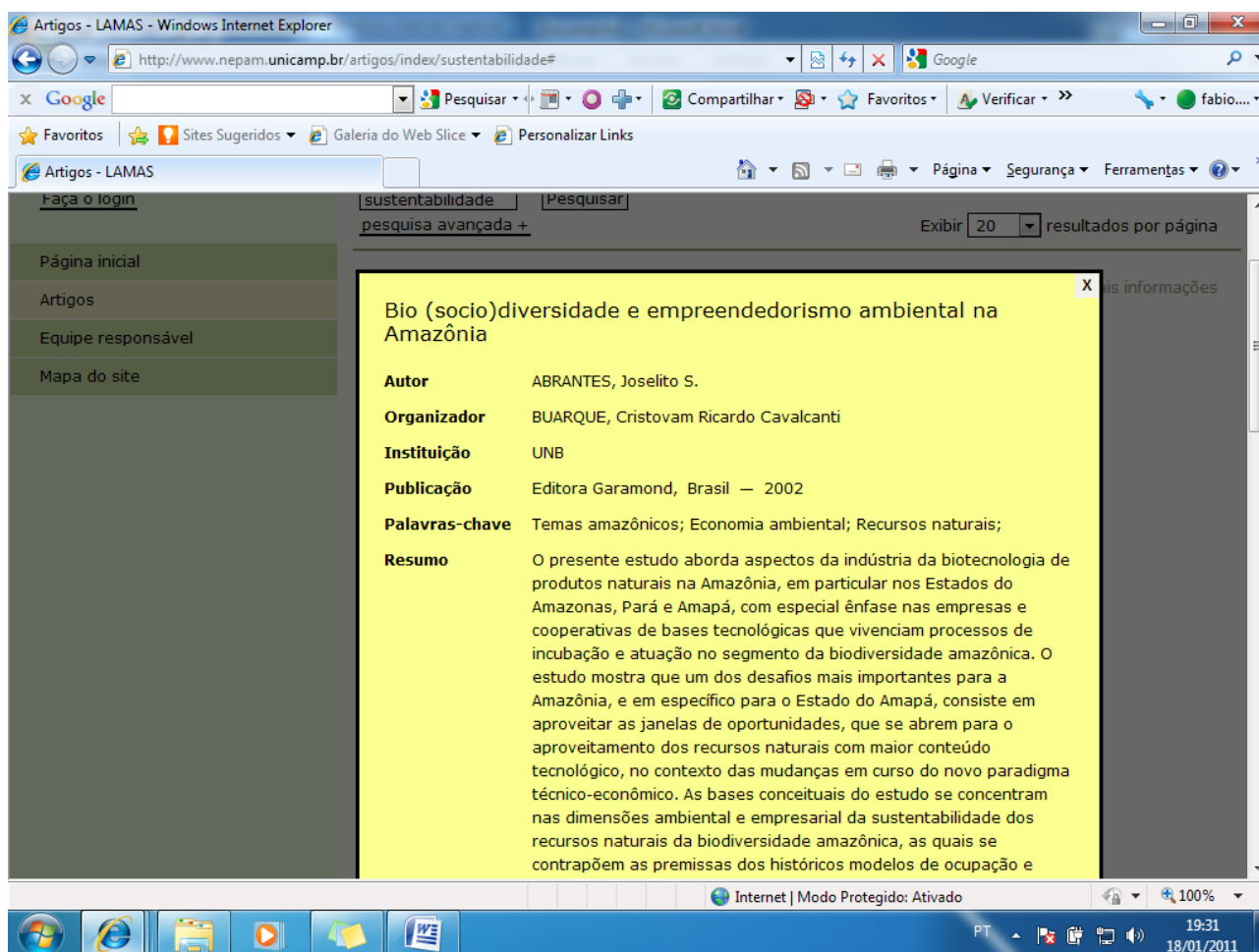
A pesquisa dos artigos pode ser realizada inserindo “Título”, “Autores” e “Organizador/ Orientador”; “Palavra Chave” ou “Corrente Teórica”. No exemplo abaixo (figura 03) temos a palavra chave “sustentabilidade”, onde encontramos listados os trabalhos presentes no banco de dados sobre este tema.

Figura 03



Ao acessar o trabalho escolhido temos uma breve apresentação do mesmo, com uma “ficha de cadastro” com as informações completas daquela publicação e resumo (figura 04).

Figura 04



Para uma pesquisa mais aprofundada é possível acessar o campo “pesquisa avançada +” (figura 03), onde a pesquisa pode ser combinada com até três termos diferentes, como no exemplo abaixo (figura 05) onde combinamos “palavra chave” e “abordagem teórica”.

Figura 05

Artigos - LAMAS - Windows Internet Explorer

http://www.nepam.unicamp.br/artigos/pesquisa_avancada/

Google

Favoritos Sites Sugeridos Galeria do Web Slice Personalizar Links

Artigos - LAMAS

Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais

unicamp
nepam

Base de Dados LAMAS
Latino Americana em Ambiente e Sociedade

[Faça o login](#)

Página inicial

Artigos

Equipe responsável

Mapa do site

Formulário de pesquisa

[saiba como pesquisar](#)

☐ Palavra-chave

☐ E

☐ E

Ano inicial ☐

Ano final ☐

[mais +](#) [pes](#)

Organizador

Resumo

Tipo

Tit. Publicação

Editora

Coleção

Ano

Instituicao

País

Abordagem

Palavra-chave

Internet | Modo Protegido: Ativado

100%

PT 19:36 18/01/2011

Anexo 2**Relatório Científico de Progresso****Manutenção do Banco de Dados:
Os Periódicos da Área Ambiental**

Iniciação Científica vinculada a Projeto Temático – **Processo N° 07/58544-5**

Angela Mazzariol Santiciolli R.A.:031280

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Orientadora: Leila da Costa Ferreira

Projeto Temático FAPESP/ Processo 05/52317-11

A Questão Ambiental, Interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção Intelectual na América Latina

Coordenadora: Leila da Costa Ferreira (UNICAMP)

Resumo do Projeto Temático “A Questão Ambiental, Interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção Intelectual na América Latina”:

O presente tem por objetivo desenvolver uma “sociologia da questão ambiental e da interdisciplinaridade”, como campo de disputas científicas que envolvem idéias, práticas, instituições e *habitus* (Bourdieu), analisando o processo de institucionalização da temática ambiental em suas diferentes vertentes teóricas e disciplinares na América Latina. Busca-se analisar se haveria alguma especificidade no processo de internalização desta temática nas Ciências Sociais latino-americanas, resultando em abordagens teóricas diferenciadas, devido à presença de características sócio-ambientais peculiares ao subcontinente (elevados índices de pobreza e exclusão, juntamente com alta biodiversidade). Pretende-se assim fazer um mapeamento temático comparado desse campo de investigação (via levantamento e revisão bibliográfica), juntamente com uma análise do seu “estágio de institucionalização” (através de entrevistas com pesquisadores líderes) em 6 (seis) centros representativos da Pesquisa Social em Ambiente de 4 (quatro) países da região (Argentina, Chile, México e Uruguai), além do Brasil.

Abstract:

The Project aims firstly at the reconstitution and analysis of history within the scope of international environmental sociology situated in the context of contemporary sociology. It also discusses-from the standpoint of literature-its theoretical-methodological and institutional aspects as well in order to understand the obstacles encountered to legitimate and consolidate a set of problems which, until recently, were not dealt with by social sciences. The project will analyze interdisciplinary centers and will discussion the theoretical aspects about the inter-relation of social theory and interdisciplinary.

Manutenção do Banco de Dados:

Os Periódicos da Área Ambiental

Introdução

Surgimento e Internalização da Questão Ambiental

Segundo Fox (1990), o movimento social ecológico estruturou-se mundialmente a partir da publicação em 1962, do livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson (Carson, 1965). Os movimentos sociais e ecológicos buscaram entrar em debate com cientistas para encontrar alternativas viáveis para os problemas ambientais (Hoeffel, 2007). Os sociólogos foram surpreendidos com o nascimento destes movimentos, pois, naquele momento, não dispunham de corpo teórico ou tradição empírica que os guiasse em direção ao entendimento da relação entre sociedade e natureza (Ferreira, 2007). Logo, alguns grupos de sociólogos começaram a dar importância à questão ambiental, a qual passou então a ser campo das Ciências Sociais. A teoria social contemporânea que vai lidar com esta temática se expressa através da Sociologia Ambiental (Hannigan, 2006).

No caso do Brasil, em fins dos anos 70 e início dos anos 80 surgiram várias denúncias sobre o comprometimento das condições de vida ligadas a degradação do ambiente. Isto trouxe fortes contribuições para o debate na área de saúde, relacionando certas condições socioambientais com a degradação da saúde da população, principalmente a que vive na periferia das grandes cidades. Então, entraram em cena os primeiros movimentos sociais relacionados a questão ambiental. Neste período também se materializa a entrada da questão ambiental e degradação do meio ambiente nas Ciências Sociais no Brasil (Barbosa, 2007).

Como pode-se observar, a área Ambiental é um campo recente no interior das Ciências Sociais, portanto os estudos nesta linha são poucos e muitas vezes refletem um debate sobre o próprio processo de institucionalização da problemática (Dunlap, 1997; Buttel, 1987; Hannigan, 2006; Yearley, 2005 e

Ferreira, 2002).

A Interdisciplinaridade e Questão Ambiental

Durante o século XIX, o conhecimento sofreu um processo de disciplinarização e profissionalização graças a criação de Instituições destinadas a produzir novos conhecimentos e reproduzi-los.

É necessário colocar-se criticamente em relação à forma como os saberes são divididos em disciplinas e como isso causa dificuldades no entendimento de uma sociedade complexa. Neste sentido surgiram grupos de cientistas, unidos por interesses ou áreas temáticas, como a questão ambiental, buscando a interdisciplinariedade.

Hoje, a pesquisa científica sobre as inter-relações entre ambiente e sociedade encontram-se em rápida evolução em todo o mundo.

A questão ambiental vem sendo abordada de forma sistemática e interdisciplinar, e sendo gradativamente incorporada pelas Ciências Sociais. Inicialmente, a questão ambiental era principalmente tratada pela Biologia, Geografia e Ecologia, mas ela vem ultrapassando essas fronteiras disciplinares. O debate sobre a problemática ambiental relacionada ao modelo de desenvolvimento e aos movimentos sociais incorpora contribuições significativas das Ciências Sociais (Barbosa, 2007).

A Contribuição do Projeto Temático

O Projeto Temático “A Questão Ambiental, Interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção Intelectual na América Latina” busca verificar como a questão ambiental se constituiu como campo das Ciências Sociais na América Latina. Isto inclui analisar as Instituições ligadas à área das Ciências Sociais, que hoje também tratam do tema Ambiente e Sociedade, e estudar as Instituições de caráter interdisciplinar criadas para tratar diretamente deste tema. Uma maneira de fazer isso é analisando a produção intelectual produzida nestas Instituições.

O levantamento da produção intelectual que aborda a interface Ambiente e Sociedade dos centros de pesquisa auxilia a análise destas Instituições, pois possibilita a identificação de seus autores mais relevantes, temáticas de maior incidência e abordagens teóricas. Assim pode-se observar como a questão se internalizou na América Latina e quais são as especificidades da produção intelectual latino-americana na área de Ambiente e Sociedade.

No caso da produção intelectual internacional, Buttel (1997) sugere que ela possua uma perspectiva construcionista e da modernização reflexiva.

Existem alguns periódicos que são publicações de Instituições relevantes ao desenvolvimento do Projeto Temático.

Dentre estas Instituições pode-se citar:

ANPPAS

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS) foi criada no ano 2000. A ANPPAS congrega os programas e Instituições brasileiras que desenvolvem atividades de pesquisa e/ou formação *strictu sensu* de pessoal especializado em nível de pós-graduação de caráter interdisciplinar que focalizam a interação Ambiente e Sociedade em suas múltiplas dimensões. São objetivos da ANPPAS: incentivar academicamente o estudo, o ensino e a pesquisa de caráter interdisciplinar no âmbito de Ambiente e Sociedade nas suas múltiplas dimensões; promover e incentivar academicamente atividades voltadas ao diálogo e à interação entre diferentes campos do saber permitindo tratar problemas multidimensionais de forma interdisciplinar; promover reuniões científicas, objetivando o intercâmbio de informações entre seus associados e os de associações similares brasileiras, estrangeiras ou internacionais; promover a divulgação de estudos em Ambiente e Sociedade, promovendo publicações, concursos e premiações.

ANPOCS

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) foi criada em 1977. Representa e aglutina os centros de pesquisa e programas de pós-graduação que atuam no campo das Ciências Sociais no Brasil. A ANPOCS conta com a filiação de centros e programas de pós-graduação que têm na antropologia, na ciência política e na sociologia seu campo de atuação. Sua missão é promover o ensino, a pesquisa e a divulgação de conhecimento científico nacional na área das Ciências Sociais, articulando a produção da comunidade acadêmica brasileira com a agenda de questões em debate na sociedade brasileira.

Instituto Virtual da Biodiversidade

O Programa Biota/Fapesp, Instituto Virtual da Biodiversidade, teve início em 1999 com a finalidade de sistematizar a coleta, organizar e disseminar informações sobre a biodiversidade do Estado de São Paulo. O objetivo maior do Biota/Fapesp é inventariar e caracterizar a biodiversidade do Estado de São Paulo, definindo os mecanismos para sua conservação, seu potencial econômico e sua utilização sustentável. O Programa surgiu após três anos de trabalho de um grupo de pesquisadores. Este trabalho anterior, buscou mostrar à comunidade científica que atua na área de biodiversidade, a necessidade de ações concretas para a implementação da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), assinada pelo governo brasileiro durante a ECO-92. Este trabalho teve início em 1996 em uma reunião organizada pela Coordenação de Ciências Biológicas e pela Diretoria Científica da Fapesp.

Fundação SEADE

A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE) é um centro de produção e disseminação de pesquisas, análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas. Criou-se a partir da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado criada em 1892, a qual transformou-se em Fundação em dezembro de 1978. Seus produtos e serviços buscam oferecer à comunidade e especialmente aos agentes públicos um quadro de informações atualizado para a compreensão da realidade paulista.

Objetivo

Manutenção do Banco de Dados “Ambiente e Sociedade na América Latina” através do cadastro de artigos publicados em periódicos . Estes artigos constituem parte do material necessário para o desenvolvimento do Projeto Temático “Questões Ambientais, Interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção Intelectual na América Latina”.

Metodologia

Para o desenvolvimento do Projeto Temático sentiu-se a necessidade da criação de um Banco de Dados que funcionasse como uma ferramenta para sistematizar e dar unidade padrão à produção intelectual levantada durante o desenvolvimento do trabalho. A inserção do material no Banco de Dados facilita a análise desta produção intelectual.

O material é classificado por palavras-chaves, desta forma lhe é atribuída uma temática. Também pode-se classificar o material de acordo com sua abordagem teórica, mas grande parte deste trabalho ainda não está sendo realizada devido a sua complexidade.

Através da atribuição de temáticas e abordagens teóricas pode-se verificar a existência de especificidades que reflitam suas características históricas, sociais, culturais e ecológicas (Ferreira, 2007).

O acesso ao Banco de Dados se dá através de uma extensão oculta do endereço do site do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam): www.nepam.unicamp.br/acervot. Atualmente, a entrada no Banco de Dados é permitida somente à equipe do Projeto Temático, pois é protegida por uma senha. Após a finalização do projeto, o acesso ao Banco de Dados será aberto à comunidade.

Para inserção de um material no Banco de Dados é necessário o preenchimento de campos, dentre eles pode-se citar:

Tipo: Artigo, Capítulo de Livros, Dissertação/Tese e Livro.

Título (por exemplo: título do artigo)

Autores

Título da Publicação (por exemplo: título do periódico)

Instituição: ANPPAS, ANPOCS, CEBRAP, CEM, CEPAL, CLACSO, CLAES, FLACSO, IGHA, ILDS, IMANI, INPA, IUPERJ, FGV, MMA, PNUMA, RIDES, SINCHI, SEADE, UABC, UFRJ, UFPA, UFPR, UFSC, UNAL, UNAM, UNESP, UNICAMP, UNB e USP.

País: Argentina, Bahamas, Barbados, Bolívia, Belize, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba,

Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Saint Kitts, Santa Lúcia, São Vicente, Granadinas, Trinidad, Tobago, Uruguai e Venezuela.

Ano

Palavra-chave: Ambientalismo e discurso ecológico, Ciência e tecnologia, Comunicação e Meio Ambiente, Conflitos Sociais, Democracia, Economia Ambiental, Educação Ambiental, Estrutura fundiária, Estudos de representações sociais, Estudos teóricos/conceituais, Extrativismo, Gestão de áreas protegidas, Globalização, Governabilidade, Interdisciplinaridade, Mudanças ambientais globais, Mundo do trabalho, Participação popular, Políticas e projetos ambientais, Políticas públicas, Populações tradicionais, Processos migratórios, Projeto de desenvolvimento local/regional, Qualidade de vida e risco, Recursos hídricos, Recursos naturais, Saúde pública, Sustentabilidade, Temas agrários/agrícolas, Temas amazônicos, Temas urbanos, Tratados e relações internacionais e Turismo e ecoturismo.

Abordagem teórica: Enfoque materialista durkeimiano, Enfoque materialista marxista, Enfoque pós-materialista, Enfoque construtivista, Enfoque antropológico, Enfoque técnico-metodológico, Reflexão filosófica, Enfoque interdisciplinar, Análise quantitativa descritiva e Enfoque sistêmico.

Resumo

Atualmente os campos “Tipo”, “Instituição”, “País”, “Palavra-chave” e “Abordagem teórica” são fechados, portanto para o cadastro do material utiliza-se apenas as opções mostradas acima.

Estes dados fornecidos no momento do cadastro funcionam como filtros para pesquisa e análise da produção intelectual inserida no Banco de Dados.

A classificação do material por palavra-chave é realizada através da leitura do resumo ou do material na íntegra. Pode-se atribuir até 3 palavras-chaves à cada produção intelectual.

Os resultados apresentados são análises quantitativas, principalmente referentes à incidência das temáticas (palavras-chaves) dos artigos cadastrados no Banco de Dados publicados em periódicos.

O acesso aos materiais, neste primeiro momento, ocorre principalmente através da internet. Parte dos volumes e números dos periódicos trabalhados não estão disponíveis na internet, portanto

pode-se apresentar apenas resultados parciais.

Resultados

Biota Neotrópica

A primeira publicação da revista Biota Neotrópica ocorreu em 2001. Atualmente são publicados três números desta revista por ano.

Este periódico é editado pelo Programa Biota/Fapesp - O Instituto Virtual da Biodiversidade. Publica resultados de pesquisa original, vinculadas ou não ao programa, que abordem a temática caracterização, conservação e uso sustentável da biodiversidade na região Neotropical.

Esta revista é uma publicação *on line*. Todos os seus números estão disponíveis na internet e podem ser acessados através do site www.biotaneotropica.org.br.

Os trabalhos publicados na Biota Neotrópica são enquadrados nas seguintes categorias:

Artigos

Inventários

Short Communications

Revisões Temáticas

Revisões Taxonômicas

Chaves

A revista Biota Neotrópica também divulga resumos de teses de doutorado e de teses ou dissertações de mestrado. Resumos e fichas catalográficas publicadas nesta seção da Biota Neotrópica são cópias fiéis das encontradas na respectiva Tese/Dissertação de Mestrado/Doutorado. Portanto, não são publicações e não passam pelo crivo da comissão editorial.

Há também na revista uma seção intitulada “Pontos de Vista”, a qual serve como fórum para a discussão acadêmica do tema de capa do respectivo volume. A convite do Editor Chefe um(a) pesquisador(a) escreve um artigo curto, expressando de uma forma provocativa o(s) seu(s) ponto(s) de

vista sobre o tema em questão.

Mediante a leitura dos resumos das produções intelectuais publicadas na revista, foram encontrados materiais que abordam a interface Ambiente e Sociedade, os quais foram então inseridos no Banco de Dados. A partir disto pode-se realizar algumas análises quantitativas. Esta análise contou com todos os números publicados desta revista até hoje. Sua última publicação foi o número 2 do volume 8. Foram excluídos da análise o editorial e os resumos de teses e dissertações.

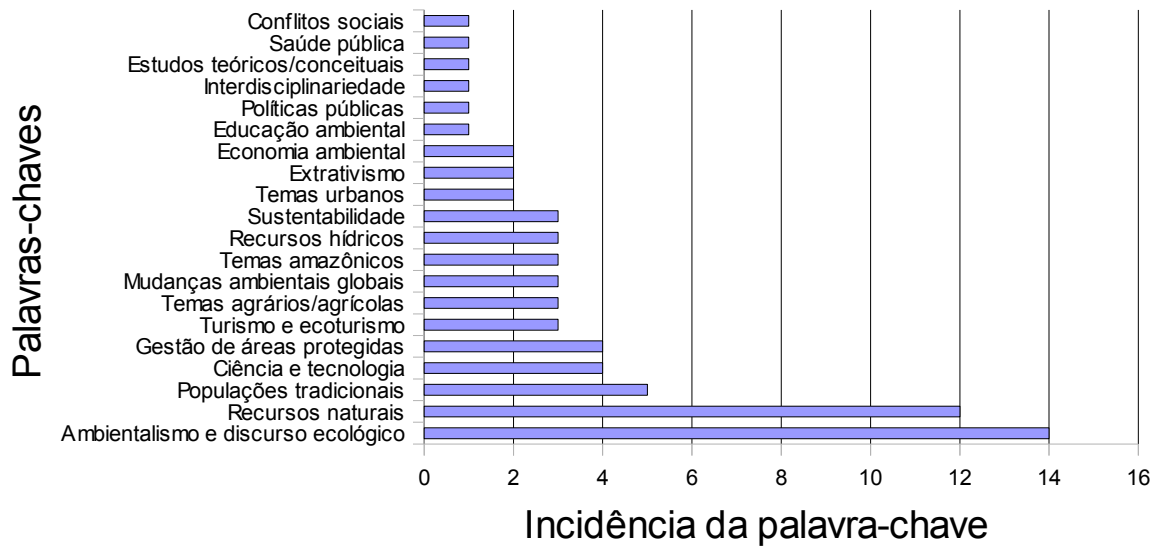
Seção	Número de materiais publicados por seção	Número de materiais que abordam a interface Ambiente e Sociedade	% do material que aborda a interface Ambiente e Sociedade em relação ao material publicado
Pontos de Vista	17	9	52,94
Artigos	189	16	8,47
Inventários	51	2	3,92
<i>Short Communications</i>	82	4	4,88
Revisões Temáticas	3	1	33,33
Revisões Taxonômicas	13	0	0
Chaves	11	0	0
Total	366	32	8,74

Encontram-se inseridos no Banco de Dados 32 registros pertencentes a revista Biota Neotrópica. Pode-se observar que isto representa 8,74% de suas publicações, ou seja, 8,74% das publicações desta revista abordam o tema Ambiente e Sociedade. Sendo que a seção “Pontos de Vista”, é a que tem maior porcentagem de trabalhos que estão relacionados a interface Ambiente e Sociedade.

Através dos filtros do Banco de Dados é possível verificar as temáticas de maior incidência apresentadas nestes materiais, já que as produções intelectuais foram classificadas de acordo com palavras-chaves. A incidência das palavras-chaves representa o número de artigos cadastrados que abordam certa temática. Deve-se lembrar que pode-se atribuir até três palavras-chaves para cada artigo, portanto o número de artigos registrados não corresponderá ao somatório das incidências das temáticas.

Observar-se no gráfico que as temáticas predominantes nos trabalhos que envolvem a interface Ambiente e Sociedade na Biota Neotrópica são: “Ambientalismo e discurso ecológico”, “Recursos naturais”, “Populações tradicionais”, “Ciência e tecnologia” e “Gestão de áreas protegidas”.

Trabalhos da revista Biota Neotrópica cadastrados no Banco de Dados



Ambiente & Sociedade

O periódico Ambiente & Sociedade é uma publicação semestral. Seu primeiro número data do ano de 1997.

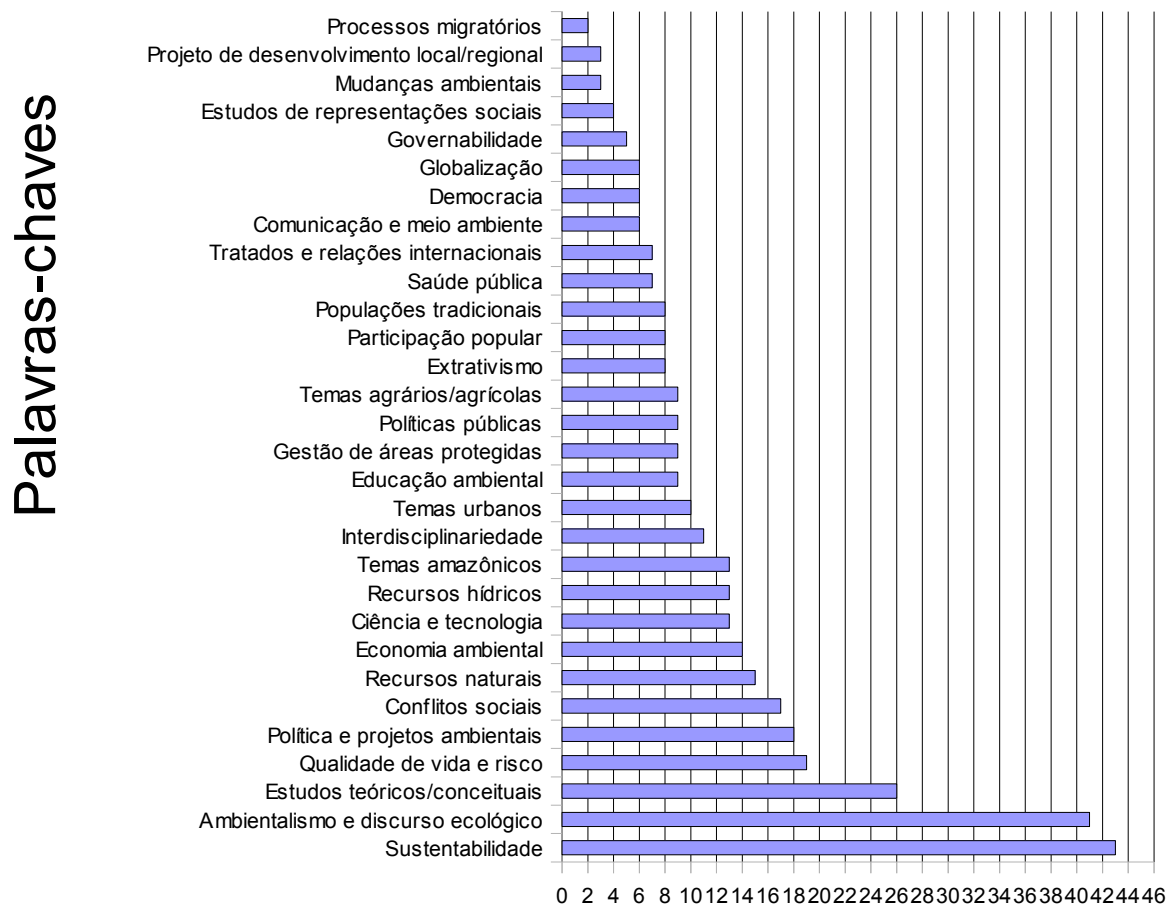
Em junho de 1995, durante um encontro do Grupo de Trabalho de Ecologia e Sociedade da ANPOCS, percebeu-se a necessidade de institucionalização de uma área de conhecimento produzida pela e na interface entre as questões do Ambiente e as Ciências Sociais. Para isso, seria necessário investir na criação de um meio de divulgação da produção científica especializada e em um espaço institucional de debates de idéias. O primeiro passo nesse processo foi a criação de uma revista científica. Inicialmente, esta era uma publicação de caráter interinstitucional e interdisciplinar, sem vínculos institucionais rígidos, para acentuar seu caráter coletivo. Apesar da importância desta característica, isto dificultava a solidificação da proposta.

No ano 2000 quando foi criada oficialmente a ANPPAS, decidiu-se durante a realização de seu primeiro encontro que a revista Ambiente & Sociedade tornaria-se seu veículo preferencial de divulgação.

Todo o conteúdo da revista até o ano de 2007 foi inserido no Banco de Dados, que conta com 178 registros de artigos deste periódico. Deve-se atentar para o fato da revista publicar apenas materiais que abordam a temática Ambiente e Sociedade.

É possível verificar no gráfico que os artigos da revista Ambiente & Sociedade abrangem muitas temáticas, 30 no total. Mas as cinco temáticas de maior incidência são: “Sustentabilidade”, “Ambientalismo e discurso ecológico”, “Estudos teóricos/conceituais”, “Qualidade de vida e risco” e “Política e projetos ambientais”.

Artigos da Revista Ambiente & Sociedade cadastrados no Banco de Dados

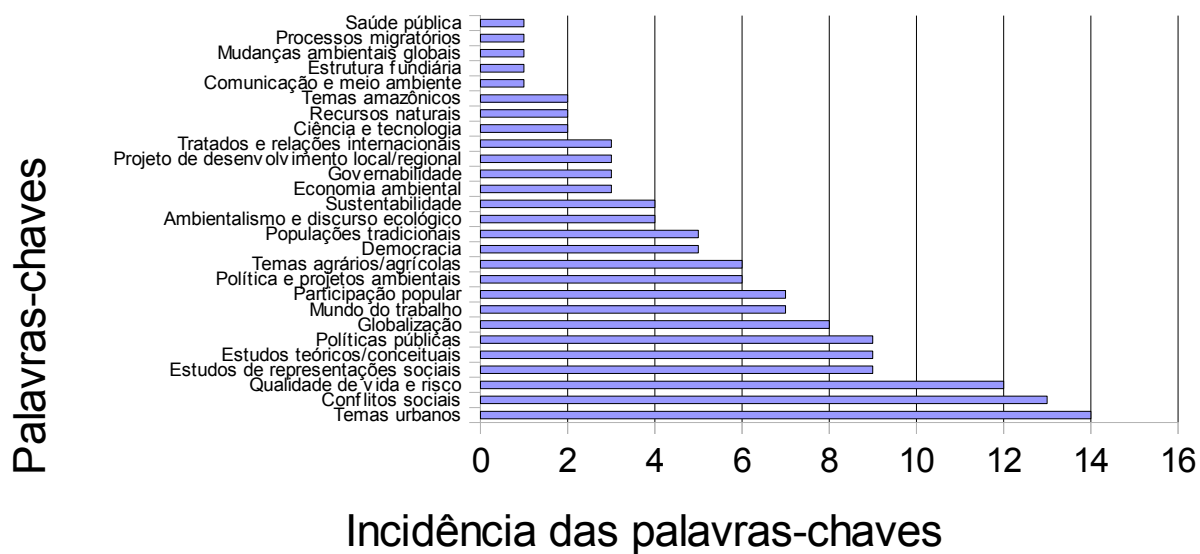


Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)

A RBCS é uma publicação da ANPOCS e tem periodicidade quadrimestral. Foi lançada em junho de 1986 e consolidou-se como uma das principais revistas brasileiras na área de Ciências Sociais. Alcança ampla diversidade temática, disciplinar e conceitual. Além dos autores nacionais, incorpora contribuições de cientistas sociais estrangeiros. Já está no seu 61º número.

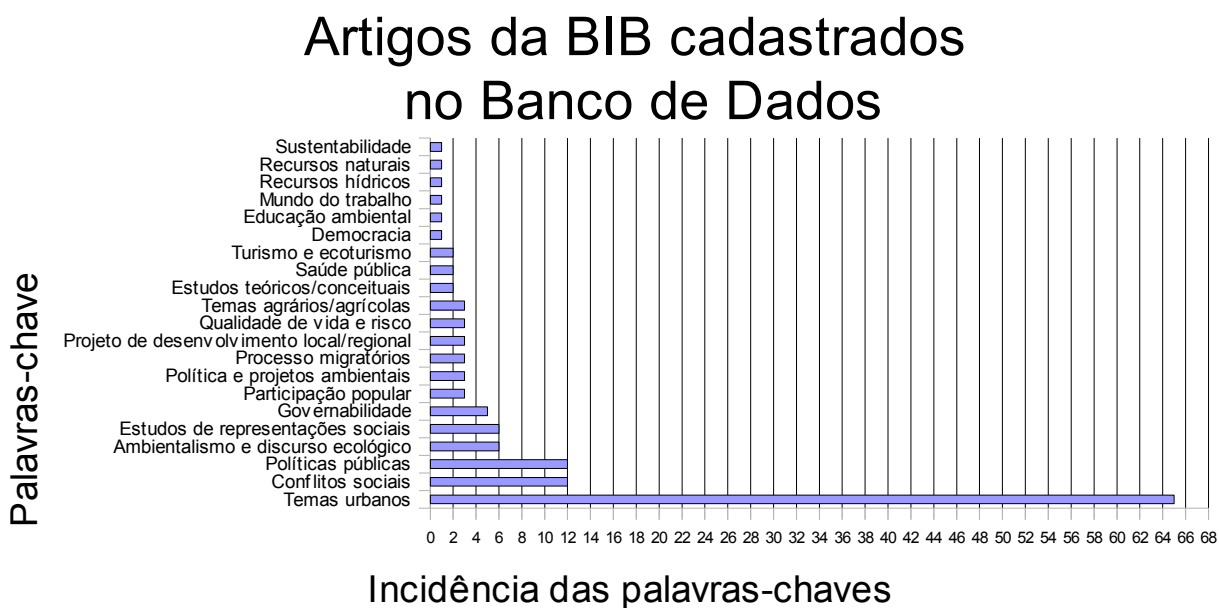
Todos os resumos dos artigos presentes nos números 35 até 65 foram analisados por parte da equipe do Projeto Temático. Há nestes periódicos alguns artigos que abordam o tema Ambiente e Sociedade, estes foram cadastrados no Banco de Dados. Outros artigos que não pertencem a estes números também já foram cadastrados, mas ainda é necessário uma análise mais minuciosa. Portanto pode-se apresentar uma análise parcial dos resultados. Consta no Banco de Dados 67 registros de artigos publicados na RBCS. Pode-se observar as temáticas de maior incidência, que são: “Temas urbanos”, “Conflitos sociais”, “Qualidade de vida e risco”, “Estudos de representações sociais”, “Estudos teóricos/conceituais” e “Políticas públicas”.

Artigos da RBCS cadastrados no Banco de Dados



Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)

A BIB também é uma publicação da ANPOCS. Alguns de seus artigos apresentam uma interface Ambiente e Sociedade, os quais foram cadastrados no Banco de Dados. Pode-se encontrar 81 registros destes artigos no Banco de Dados. Apresenta-se no gráfico abaixo a incidência das temáticas. As palavras-chaves de maior incidência são: “Temas urbanos”, “Conflitos sociais”, “Políticas públicas”, “Ambientalismo e discurso ecológico” e “Estudos de representações sociais”.



São Paulo em Perspectiva

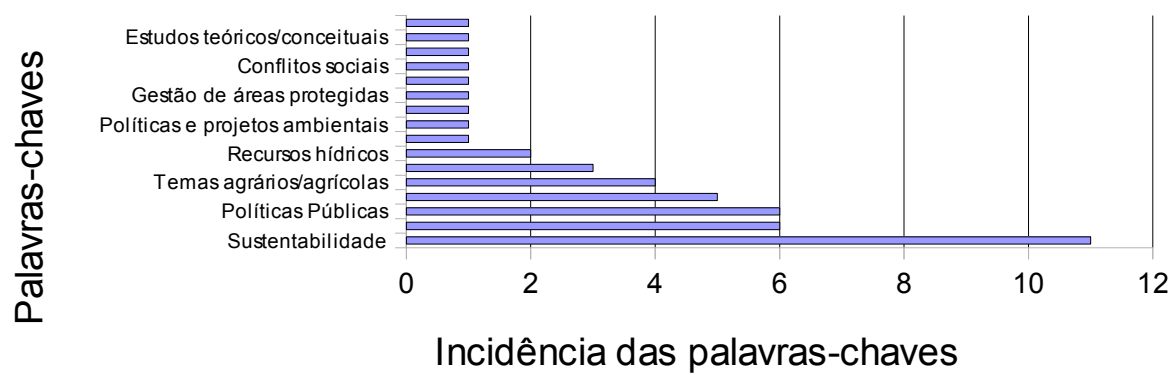
A revista São Paulo em Perspectiva é uma publicação trimestral. É editada pela Fundação SEADE desde abril de 1987. Seu objetivo é divulgar ensaios, artigos científicos e *surveys* resultantes de pesquisas acadêmicas, análises estruturais e conjunturais sobre a realidade brasileira, priorizando aspectos sociais, econômicos e políticos de âmbito nacional e regional.

Este periódico está disponível no site www.scielo.br a partir do volume 13, número 3 de 1999 até o volume 19, número 4 do ano de 2005. Os resumos dos artigos publicados nestes números foram analisados e aqueles que abordavam o tema Ambiente e Sociedade foram cadastrados no Banco de Dados. Pode-se apresentar apenas uma análise quantitativa parcial, já que não foram analisados todos os números da revista.

Foram verificados 330 artigos, deste total, 20 artigos apresentavam uma interface Ambiente e Sociedade. Os artigos sobre Ambiente e Sociedade totalizam 6,06% dos artigos publicados nos periódicos analisados.

Através na classificação por palavras-chaves pode-se verificar no gráfico a temática que os artigos cadastrados no Banco de Dados abordam. Observa-se que as temáticas “Sustentabilidade”, “Ciência e tecnologia”, “Políticas públicas”, “Temas urbanos” e “Temas agrários/agrícolas” são as mais presentes.

Artigos da revista São Paulo em Perspectiva cadastrados no Banco de Dados

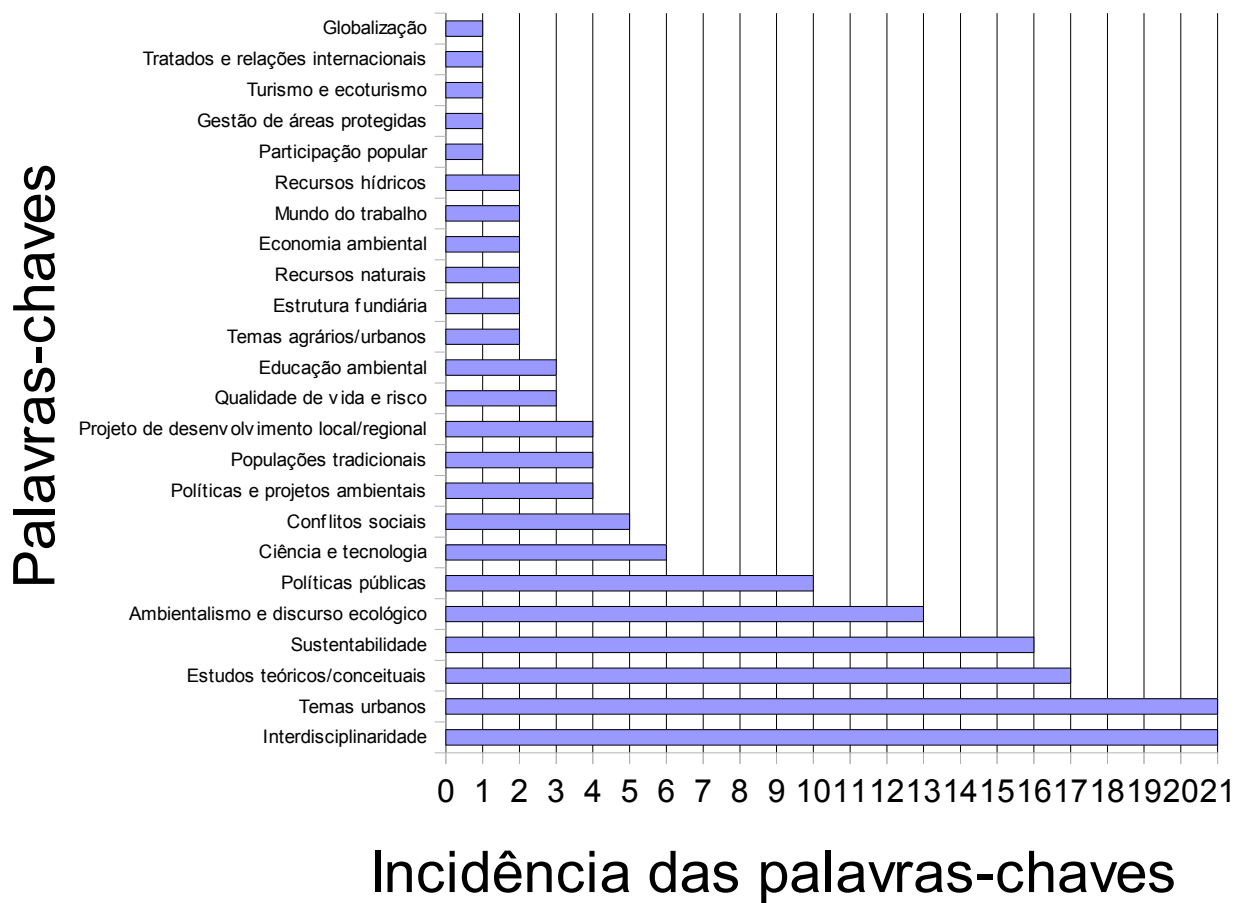


Desenvolvimento e Meio Ambiente

A revista Desenvolvimento e Meio Ambiente é publicada pela editora da Universidade Federal do Paraná. Seu primeiro volume data do ano 2000. Os volumes 1,3,4,7,9,10,11-12 e 13 estão disponíveis para consulta no site <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/issue/archive>. A grande maioria das artigos publicados nesta revista envolvem o tema Ambiente e Sociedade e foram cadastrados no Banco de Dados, que conta atualmente com 68 registros deste periódico.

Pode-se observar no gráfico que os temas de maior incidência nos artigos desta revista são: “Interdisciplinaridade”, “Temas urbanos”, “Estudos teóricos/conceituais”, “Sustentabilidade” e “Ambientalismo e discurso ecológico”.

Artigos da Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente cadastrados no Banco de Dados



Discussão

Palavras-chaves

A atribuição de palavras-chave ao material levantado durante o desenvolvimento do Projeto Temático permite organiza-lo de uma forma padrão para facilitar a análise e comparação dos dados. O campo palavra-chave hoje constitui um campo fechado no cadastro, desta forma o material só pode ser cadastrado de acordo com uma temática já pré-estabelecida. Este é um assunto que vem sendo discutido dentro da equipe do Projeto Temático. Sabe-se que esta sistematização é importante, mas se tem percebido que alguns artigos não se enquadram nas palavras-chaves já estabelecidas. Outra observação é que geralmente as palavras-chaves que os autores atribuem aos seus trabalhos muitas vezes não correspondem às palavras-chaves do Banco de Dados. Caso as palavras-chaves dos autores fossem utilizadas, elas gerariam uma gama tão grande de possibilidades que não seria possível organizar a produção intelectual de uma forma padrão e analisar os dados. A equipe refletiu sobre a importância da realização de outras formas de busca de temática já que o Banco de Dados será aberto à comunidade. Para isso, a equipe pretende estruturar o Banco de Dados para que este possa gerar outros tipos de consultas. A busca poderá ser realizada utilizando-se as palavras-chaves que hoje são usadas no cadastro, utilizando-se as palavras-chaves que os autores atribuem aos seus trabalhos e as palavras-chaves utilizadas no sistema de terminologia de assuntos usados em bibliotecas. Desta forma acredita-se que o Banco de Dados poderá ser melhor utilizado pela comunidade e pela equipe do Projeto Temático.

Instituições e Periódicos

Uma outra questão que deve ser pensada é que os autores das publicações dos periódicos são primeiramente vinculados a outras instituições, que não são aquelas diretamente responsáveis pela publicação da revista. Por exemplo, no caso da revista *Ambiente & Sociedade*, que é uma publicação da ANPPAS: nem todos os artigos publicados nesta revista são de autores que estão vinculados à Instituições que fazem parte da ANPPAS. Deve-se pensar também que a ANPPAS é uma Instituição que reúne outras instituições e que cada uma delas tem sua peculiaridade. Para aperfeiçoar as análises

do Projeto Temático pretende-se futuramente inserir no cadastro dos materiais a Instituição/departamento ou outro dado do autor do trabalho.

Periódicos e Palavras-chaves

É interessante observar que há revistas que tem todo o seu conteúdo ou grande parte dele já voltado para a publicação de artigos que abordam o tema Ambiente e Sociedade de forma interdisciplinar, como a revista Ambiente & Sociedade e a revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Isso é relevante para se pensar o processo de institucionalização do tema Ambiente e Sociedade na América Latina.

As revistas especializadas em determinadas disciplinas como a revista Biota Neotrópica, que é voltada para a área biológica e a RBCS, BIB e São Paulo em Perspectiva, mais voltadas para a área de Ciências Sociais apresentam parte de seus artigos abordando a interface Ambiente e Sociedade de uma forma interdisciplinar. Isso ajuda a refletir como o tema Ambiente e Sociedade vem se internalizando também nas áreas mais especializadas.

Pode-se observar a grosso modo que as temáticas de maior incidência nas revistas da área de Ciências Sociais se diferencia das temáticas da revista da área Biológica. As temáticas de maior incidência de cada revista de modo geral são mais voltadas para a especificidade das respectivas áreas ou mais próxima das propostas de publicação de cada revista.

Bibliografia

Barbosa, S. R. C. S. e Cintra, S. B. O percurso da temática qualidade de vida e risco na teoria social latino-americana: uma abordagem preliminar, 2007.

Buttel, F. Social Institutions and Environmental Change. In: Redclift, M. and Woodate, G. The International Handbook of Environmental Sociology. Edward Elgar. Cheltenham, UK. Northampton,

Ma. USA.

Carson, R. Silent Spring. London: Penguin Books, 1965.

Dunlap, R. The evolution of enviromental sociology: a brief history and assesment of american experience. In: Redclift, M. and Woodgate, G. (eds). The International Handbook of the Enviromental Sociology. Op. Cit, 1997.

Ferreira, Leila C. Brazilian Environmental Sociology: a provisional review. Ambiente&Sociedade. Ano V.n.10. 1º semestre, 2002.

Ferreira, L. C.; Guimarães, R.; Giesbrecht, M. e Corrêa, V. Resultados Parciais da Pesquisa “A questão ambiental, interdisciplinaridade, teoria social e produção intelectual na América Latina” (O Banco de Dados), 2007.

Fox, W. Towards a Transpersonal Ecology. London: Shambhala, 1990.

Hannigan, J. Environmental Sociology. Second edition. New York: Routledge, 2006.

Hoeffel, João Luiz e Reis, Jussara Christina. ABORDAGENS PARA A SUSTENTABILIDADE - O conceito de sustentabilidade na teoria social latino-americana: uma análise preliminar, 2007.

Yearley, S. Making Sense of Science: understanding the social study of science, 2005.

www.ambientesociedade.org.br/

[www.anpocs.org.b](http://www.anpocs.org.br)

[rwww.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br)

www.biota.org.br

www.biotaneotropica.org.br

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made>

<http://www.seade.gov.br/produtos/spp/>